

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Psicologia**

Área de especialização / Psicologia Clínica

Dissertação

**PRÁTICAS PARENTAIS E A REGULAÇÃO DAS NECESSIDADES  
PSICOLÓGICAS DOS FILHOS: A IMPORTÂNCIA DA PROVISÃO DE  
*ESTRUTURA***

**Beatriz Isabel Laranjinha Rodrigues**

Orientadora / Prof<sup>ª</sup> Doutora Catarina Vaz Velho

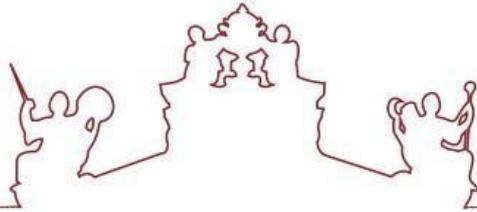
Évora 2022

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

**Mestrado em Psicologia**

Área de especialização / Psicologia Clínica

Dissertação

**PRÁTICAS PARENTAIS E A REGULAÇÃO DAS NECESSIDADES  
PSICOLÓGICAS DOS FILHOS: A IMPORTÂNCIA DA PROVISÃO DE  
*ESTRUTURA***

**Beatriz Isabel Laranjinha Rodrigues**

Orientadora / Prof<sup>ª</sup> Doutora Catarina Vaz Velho

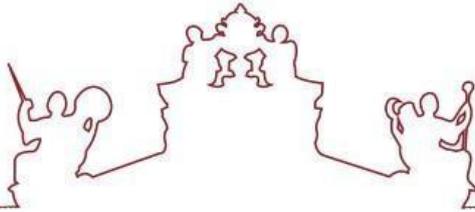
Évora 2022

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente		Nuno Rebelo dos Santos (Universidade de Évora)
Vogais		Catarina Vaz Velho (Universidade de Évora) (Orientador) Isabel Sá (Universidade de Lisboa) (Arguente)

## *Agradecimentos*

A escrita de uma dissertação pode revelar-se um processo moroso e solitário, por isso mesmo, não posso deixar de dirigir uma palavra de agradecimento a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram nesta jornada.

Antes de tudo, agradeço encarecidamente a todos aqueles de dispensaram algum tempo do seu dia para participarem neste estudo, especialmente aos pais e mães que, sem receber nada em troca, se disponibilizaram prontamente a divulgar o nosso estudo com colegas, amigos, conhecidos, permitindo-nos alcançar tantos outros pais e mães.

Um grande “obrigado” à Professora Catarina Vaz-Velho, sem a qual nada teria sido possível, pela disponibilidade e pela paciência. Por todo o rigor e exigência, mas ao mesmo tempo por ser fonte de motivação e inspiração constante, mas especialmente, obrigada pelos sorrisos que tornaram o trabalho mais agradável.

Aos meus professores, a todos aqueles que de uma forma ou de outra ao longo do meu percurso académico me prepararam para levar a cabo esta dissertação da melhor forma possível. E aos meus colegas, pelos momentos de cumplicidade e de aprendizagem.

À Marina e à Patrícia, por estarmos juntas nisto, por todos os momentos de cumplicidade, de desabafo e de entreaajuda.

Aos meus pais, ao meu Miguel e à minha Matilde, por serem os quatro pilares que não me deixam desequilibrar, por mesmo sem entender, me ouviram sempre que o trabalho apertava, por me motivarem todos os dias a continuar e pelo orgulho incondicional que sempre demonstram em mim.

Finalmente, não posso deixar de agradecer à Bruna, por ser a companheira incondicional de todas as horas, por ser o ombro nos momentos de frustração quando o trabalho não avança e o animo nas pequenas vitórias. E ao Márcio, por ser o farol quando o trabalho desorienta, por me trazer à terra e por me lembrar que às vezes o descanso é mais produtivo do que o trabalho, pelos momentos de carinho e força, por suportar o meu “*humor da dissertação*” e por me mostrar que sou capaz.

“Práticas Parentais e a Regulação das Necessidades Psicológicas dos Filhos: A Importância da Provisão de Estrutura”

***Resumo***

O presente estudo quantitativo procura explorar a percepção de pais sobre as suas práticas parentais, focando-nos especificamente na provisão de estrutura. Pretende também explorar se as práticas parentais usadas são influenciadas pelas práticas usadas pelos seus pais aquando da sua infância e/ou pela sua capacidade de regulação emocional.

Participaram no estudo 478 pais e mães com filhos entre os 5 e os 12 anos de idade que responderam *online* a três instrumentos de autorrelato: *Parents as Social Context Questionnaire* - forma Pais e forma Filhos (PASCQ; Skinner, et al.,1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) e *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (DERS-18; Gratz & Roemer, 2004; Kaufman et al., 2016; versão portuguesa de Fernandes, et al., 2019). Os resultados indicam que os participantes são capazes de providenciar um ambiente estruturado aos seus filhos, apresentando práticas parentais tendencialmente positivas, tal como os seus pais, e ainda que os participantes apresentam poucas dificuldades de regulação emocional. As práticas dos pais revelaram-se pouco determinantes das práticas dos filhos, mas as dificuldades de regulação emocional apresentaram-se mais associadas às práticas parentais negativas.

***Palavras-Chave:*** Práticas Parentais; Necessidades Psicológicas; Estrutura; Esquemas; Padrões Intergeracionais; Regulação Emocional

“Parental Practices and Regulation of Children's Psychological Needs: Importance of Provision of Structure”

***Abstract***

This quantitative study seeks to explore the perception of parents about their parental practices, focusing specifically on structure provision. It also intends to explore whether the parental practices used are influenced by the practices used by their parents during their childhood and/or by their emotional regulation ability.

The study included 478 fathers and mothers with children aged between 5 and 12 years who responded online to three self-report instruments: Parents as Social Context Questionnaire - form Pais e form Filhos (PASCQ; Skinner, et al.,1986; portuguese version Sá, et al., 2021) and Difficulties in Emotion Regulation Scale (DERS; Gratz & Roemer, 2004; Kaufman et al., 2016; portuguese version Fernandes, et al., 2019). The results indicate that the participants are able to provide a structured environment for their children, with tendingly positive parenting practices, just like their parents, and few difficulties in emotional regulation. Parents’ practices showed to be a little determinant of the participants’ practices, but difficulties in emotional regulation definitely associated with negative parenting practices.

***Key- Words:*** Parental Practices; Psychological Needs; Structure; Schemes; Intergerational Patterns; Emotional Regulation

## *Índice Geral*

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>i</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>ii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iii</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Enquadramento Teórico .....</b>	<b>4</b>
<b>1. Necessidades .....</b>	<b>4</b>
1.1 Competência.....	6
1.2 Pertença.....	7
1.3 Autonomia.....	8
<b>2. Parentalidade.....</b>	<b>9</b>
2.1 Estilos Parentais e Dimensões da Parentalidade .....	10
2.2 Afeto, Rejeição, Estrutura, Caos, Apoio à Autonomia e Coerção como Dimensões Nucleares da Parentalidade .....	15
2.3. Provisão de Estrutura.....	17
<b>3. Transmissão Intergeracional.....</b>	<b>19</b>
<b>4. Regulação Emocional.....</b>	<b>23</b>
<b>Estudo empírico .....</b>	<b>26</b>
<b>5. Métodos.....</b>	<b>26</b>
5.1 Pertinência do estudo / objetivos e Hipóteses .....	26
5.2 Participantes .....	27
5.3 Descrição dos instrumentos/materiais utilizados .....	30
5.4 Procedimentos .....	33
5.5. Análise dos Dados .....	34
<b>6. Resultados.....</b>	<b>35</b>
6.1 Análise descritiva das Variáveis .....	35
<b>7. Discussão.....</b>	<b>43</b>
<b>8. Conclusões .....</b>	<b>52</b>
8.1 Limites do presente estudo e sugestões para estudos futuros.....	53
<b>Referências Bibliográficas: .....</b>	<b>56</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>63</b>

## *Índice de Figuras*

Tabela 1 - Caracterização Sociodemográfica da amostra.....	28
Tabela 2 - Análise Descritiva das Dimensões PASCQ - Forma Pais.....	36
Tabela 3 - Análise Descritiva das Dimensões PASCQ - Forma Filhos .....	38
Tabela 4 - Análise Descritiva das Dimensões DERS-18.....	40
Tabela 5 -Correlações de Spearman entre a PASCQ (Pais) e a DERS .....	42
Tabela 6 - Correlações de Spearman entre as dimensões do PASCQ (Pais) e a DERS-18 .....	42
Tabela 7 - Correlações de Spearman entre a Estrutura e Caos do PASCQ (Pais) e a DERS-18 .....	43

## *Índice de Anexos*

Anexo A - Consentimento Informado .....	64
Anexo B - Questionário Sociodemográfico.....	66
Anexo C - <i>Parents as Social Context Questionnaire</i> - Forma Pais.....	68
Anexo D - <i>Difficulties in Emotion Regulation Scale</i> - Versão Reduzida.....	70
Anexo E - <i>Parents as Social Context Questionnaire</i> - Forma Filhos.....	72
Anexo F - Análise das Correlações entre as Respostas ao PASCQ (Pais) e PASCQ (Filhos) .....	75

## **Introdução**

Os modelos motivacionais reconhecem a importância da regulação das necessidades básicas humanas ao considerarem-nas como a força que impulsiona os seres humanos a agir, isto é, os seres humanos agem no sentido da regulação das suas necessidades básicas, sejam estas biológicas ou psicológicas (Dweck, 2017). Parece-nos fundamental referir a importância que a regulação das necessidades do indivíduo tem no aumento dos seus níveis de bem-estar, da sua autodeterminação, e a sua satisfação pessoal bem como a importância que o contexto social desempenha nessa regulação (Connell & Wellborn, 1991; Griffith e Grolnick, 2013; Ryan & Deci, 2000; Simões & Alarcão, 2013; Vaz-Velho, 2016) Assim, tomaremos para o presente estudo as necessidades psicológicas básicas de Pertença, Competência e Autonomia, referidas por diversos autores (e.g. Connell & Wellborn, 1991; Ryan & Deci, 2000; Skinner, et al., 2005).

Para a grande maioria das crianças, os pais são os primeiros agentes de socialização, refletindo assim o contexto social primário da criança. É através destes que a criança irá conhecer o mundo que a rodeia, extraindo destas interações parentais estruturas e significados que lhes permitirão agir no mundo. É, por isso, papel dos pais, promover e zelar pelo adequado desenvolvimento físico, mental e social das crianças, estimulando a sua regulação emocional e comportamental, sensibilidade social e a criação de uma identidade própria (Bornstein, 2006). Por outras palavras, parece-nos evidente o peso que a atividade parental tem na regulação das necessidades psicológicas básicas das crianças.

Sendo a parentalidade e as estratégias parentais tão importantes para o bem-estar e desenvolvimento das crianças, interessa compreender os mecanismos que se encontram por trás das práticas parentais, o que as promove e o que as influencia. Assumindo a postura de Bornstein (2006) de que os pais necessitam de obter conhecimentos, habilidades e apoios, de modo a conseguirem dar respostas mais adequadas às crianças, assegurando assim uma coerente execução do seu papel de cuidadores e promotores de desenvolvimento, parece-nos fundamental compreender o que influencia a adoção de determinadas práticas parentais, para as poder melhorar.

Neste sentido, sabemos que existe uma relação entre as experiências da infância dos pais, mais concretamente a forma como os seus pais encaravam a relação pais-filhos e a forma como estes encaram a parentalidade na vida adulta e na relação com os seus próprios filhos, sugerindo assim a possível Intergeracionalidade dos estilos parentais como um dos principais fatores que influencia a forma como os pais / mães se relacionam com os seus filhos (Belsky, 1984). Recorrendo à Terapia dos Esquemas de Young, et al. (2009) enquanto modelo teórico, vemos que ao longo da vida do indivíduo, e essencialmente durante a infância, a criança cria esquemas que lhe permitem lidar com o mundo que o rodeia, nomeadamente, na forma como deve desempenhar o papel parental na relação futura com os seus filhos. Contudo, a não regulação das necessidades psicológicas básicas durante a infância leva à criação de esquemas mal adaptativos precoces, que irá fazer com que, na vida adulta a criança recorra a tais esquemas mal adaptativos sobre a parentalidade para interagir com os seus filhos (Lopes, et al., 2014; Young, et al., 2009). É, por isso, um dos nossos objetivos compreender de que forma é que a satisfação dessas necessidades psicológicas básicas na relação dos participantes com os seus pais aquando da sua infância, irá afetar a sua capacidade de satisfazer as necessidades psicológicas básicas das crianças na relação dos participantes com os seus filhos.

Um outro fator que parece influenciar em grande medida a forma como os indivíduos se relacionam com os seus filhos, é a sua capacidade de Regulação Emocional, isto é, a sua capacidade de compreender e aceitar as suas emoções, regulando-as de modo que sejam capazes de controlar comportamentos impulsivos, adotando estratégias que permitam agir no sentido dos seus objetivos, mesmo na presença de emoções fortes (Gratz & Roemer, 2004).

Ao nível da relação dos indivíduos com os seus filhos, a capacidade de Regulação Emocional dos pais / mães assume um importante papel na medida em que é esta capacidade que irá moldar e adequar as respostas dos indivíduos, às interações da criança, sem que o pai / mãe aja meramente no sentido do impulso dado pelos estados emocionais (por exemplo, regulando a emoção da raiva, evitando respostas agressivas quando a criança faz algo inadequado) (Dix, 1991; Morris, et al., 2017).

Assim, numa investigação de abordagem quantitativa de desenho correlacional, procuramos avaliar a percepção que os participantes têm sobre as suas práticas parentais na relação com os seus filhos, com especial destaque para a sua capacidade de providenciar Estrutura, bem como avaliar de que forma essas práticas são influenciadas, por um lado, pelas práticas parentais que os seus pais adotaram consigo durante a sua infância, e por outro lado pela capacidade de regulação emocional dos participantes.

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes, sendo a primeira referente ao enquadramento teórico, onde nos propomos a rever alguns conceitos chave fundamentais para o desenrolar do nosso estudo, nomeadamente estudos anteriores sobre as Necessidades Psicológicas, a Parentalidade, a Intergeracionalidade das Práticas Parentais e a Regulação Emocional. Na segunda parte, apresentamos o estudo empírico realizado, descrevendo os objetivos centrais do estudo e respetivas hipóteses de investigação, a amostra, os instrumentos utilizados e os procedimentos de recolha e análise de dados. Depois apresentamos e discutimos os resultados centrais da nossa investigação à luz da teoria revista. Finalmente, procuraremos apresentar as conclusões centrais e implicações práticas do nosso estudo, fazendo o levantamento dos seus principais limites bem como sugestões para possíveis estudos futuros.

# Enquadramento Teórico

## 1. Necessidades

Um dos aspetos chave do nosso estudo é a questão das necessidades e da forma como estas são reguladas, propomo-nos então rever brevemente alguns conceitos e teorias sobre as necessidades. Antes de mais importa fazer uma distinção clara entre aquilo que seria uma necessidade e um mero desejo. Uma necessidade terá como principal objetivo orientar o comportamento do indivíduo para o seu desenvolvimento pessoal, ao passo que um desejo, apesar de orientar também o comportamento, não implica necessariamente desenvolvimento pessoal, podendo até desencadear efeitos danosos para o bem-estar do indivíduo. Partimos do pressuposto de que uma necessidade (tanto psicológica como física) deverá implicar um comprometimento do desenvolvimento e crescimento pessoal, bem como danos sérios para o indivíduo quando não satisfeita, e, conseqüentemente, quando satisfeita, apresentar conseqüências positivas na saúde e no bem-estar do indivíduo, facilitando o seu desenvolvimento (Ryan & Deci, 2000, 2017; Simões & Alarcão, 2013).

Ainda que tenhamos consciência que a satisfação das necessidades psicológicas esteja, inevitavelmente, dependente da regulação das necessidades físicas e de segurança, como descrito por Maslow, consideramos, à semelhança de Ryan e Deci (2017) que não existe uma hierarquia sequencial para o aparecimento das necessidades, e que a não satisfação de qualquer uma das necessidades básicas (física ou psicológica) irá, inevitavelmente, comprometer o bem-estar do indivíduo, tendo todas uma igual importância para o seu desenvolvimento. Dito isto, ao longo do nosso estudo, iremos colocar o nosso foco nas Necessidades Psicológicas Básicas.

Baumeister e Leary (1995) procuram definir os critérios necessários para considerar uma necessidade como uma necessidade psicológica básica, designada pelos autores como uma “motivação fundamental”. Assim sendo, os critérios a preencher seriam i) ser irreduzível a outras necessidades - não derivar de outros motivos; ii) ter um valor universal; iii) produzir efeitos imediatos sob qualquer situação, exceto situações adversas; iv) acarretar conseqüências afetivas; v) exigir um processamento cognitivo

direto; vi) a sua não satisfação deve acarretar efeitos negativos; vii) deve orientar o comportamento do indivíduo no sentido da sua satisfação; viii) afetar vários comportamentos; e finalmente ix) as suas implicações devem ir além do funcionamento psicológico.

Com base no trabalho de Baumeister e Leary (1995) e de outros autores anteriores, Dweck (2017) construiu uma perspectiva um pouco diferente sobre os critérios que diferenciam uma necessidade psicológica básica de outras: i) a irreduzibilidade a outras necessidades; ii) ter um elevado valor universal; iii) ter um elevado peso no bem-estar e no desenvolvimento ótimo do indivíduo; e iv) aparecerem muito cedo na vida dos indivíduos (desde os primeiros meses/anos de vida). Esta autora propõe a existência de sete necessidades psicológicas, onde três seriam necessidades psicológicas básicas de Aceitação, Previsibilidade e Competência, e a conjugação destas três necessidades levaria ao aparecimento de quatro necessidades psicológicas compostas de Confiança, Controlo, Autoestima e Coesão do *Self*.

Nesta perspectiva, a necessidade básica de Aceitação é justificada pela propensão inata das crianças para procurar e reconhecer relações sociais positivas com uma meta relacional de aceitação, apoio e suporte. A necessidade de Previsibilidade (Ideal) remete para a necessidade da criança de compreender as relações causais entre os elementos que compõem o mundo, e para a predisposição inata das crianças para extraírem padrões do meio, e de compreender como é que os comportamentos se relacionam com os eventos, contudo, a autora refere que a previsibilidade total não é aconselhada. Finalmente, a necessidade de Competência diria respeito à busca, aquisição e expansão de competências úteis para agir no mundo que permitam à criança criar um sentimento de competência; quando esse sentimento de competência não é estimulado, a criança poderia vir a desenvolver problemas relacionados com a aprendizagem ou a motivação para explorar e apreender o mundo (Dweck, 2017).

Naquilo que respeita às necessidades compostas, o seu aparecimento pressupõe modelos mentais que integrem as necessidades básicas anteriormente referidas. Da conjugação entre a necessidade de Aceitação e a necessidade de Previsibilidade surgiria a necessidade composta de Confiança, do encontro entre a necessidade de Previsibilidade

e a necessidade de Competência nasceria a necessidade composta de Controlo, da conjugação da necessidade de Aceitação e da necessidade de Competência surgiria a necessidade de Autoestima, e, finalmente, a necessidade de Coesão do *Self* aparecia da combinação de todas as três necessidades psicológicas básicas (Dweck, 2017).

Anteriormente, Borg-Laufs (2013) tinha proposto um conjunto relativamente diferente de necessidades psicológicas básicas. A necessidade de Orientação / Controlo, que se relaciona com o conceito de autoeficácia, trata-se da necessidade das crianças de terem um ambiente suficientemente estruturado, mas que permita à criança atuar no mundo e tomar decisões sobre ele. A necessidade de Proteção da Autoestima remete para a necessidade das crianças de obter um feedback positivo por parte dos outros, protegendo assim a sua autoestima e evitando situações que a diminuam. A necessidade de Procurar Prazer e, conseqüentemente, evitar angústias e, finalmente, a necessidade de Conexão/Ligação, uma necessidade de procurar e estabelecer relações emocionais profundas e significativas com os outros.

Muitos outros autores se debruçaram sobre o tema das necessidades psicológicas básicas e, apesar do aparente consenso que existe entre as diferentes perspectivas relativamente a algumas das necessidades apresentadas, podemos compreender que existem múltiplos modelos que procuram definir e enumerar as necessidades psicológicas básicas dos seres humanos, conceptualizando-as de diversas formas e à luz de várias teorias.

Neste estudo tomaremos como base as necessidades psicológicas básicas de Competência, Autonomia e Pertença, identificadas por diversos autores (e.g. Connell, & Wellborn, 1991; Ryan & Deci, 2000; Skinner, et al., 2005) que passaremos então a caracterizar.

## ***1.1 Competência***

O termo Competência é descrito como um sentimento pessoal de eficácia e remete para a necessidade que a criança / o indivíduo tem de se ver como competente, ou capaz

de produzir um resultado desejado no meio, e evitar resultados indesejados (Connell & Wellborn, 1991; White, 1959; Simões & Alarcão, 2013).

White (1959) refere-se ao conceito de Competência como “*effectance motivation*” que se remete para a noção de que os humanos nascem com uma propensão biológica primária para se sentirem competentes, influenciando o ambiente de modo a extrair um sentimento de eficácia e satisfação ao produzir efeitos, e que se manifesta independentemente da existência ou não de recompensas externas associadas. Seria assim uma necessidade intrínseca de se sentir eficaz.

Assim, a necessidade constante que as crianças têm de aprender e adquirir competências úteis que lhes permitam agir no mundo é intrinsecamente recompensada e motivada pela necessidade de experienciar um sentimento de competência (Dweck, 2017; White, 1959).

Importa salientar que a necessidade de competência pode apenas ser satisfeita pela realização de tarefas e atividades com um caráter de exploração e focalização que permitam à criança interagir eficientemente com o meio que a rodeia, descartando atividades realizadas por meros impulsos [*drives*] (White, 1959).

## ***1.2 Pertença***

A necessidade de Pertença, também designada de conexão ou ligação diz respeito à necessidade inata que os seres humanos têm de estabelecer e manter relações emocionais positivas, profundas, duradoras; de se sentirem seguros e conectados com o meio envolvente, de se sentirem valorizados, respeitados e amados (Baumeister & Leary, 1995; Borg-Laufs, 2013; Connell & Wellborn, 1991). Para satisfazer esta necessidade, é fundamental que exista, primeiramente, uma interação frequente, afetivamente agradável com outros indivíduos, e seguidamente, que essas interações sejam estáveis no tempo e duradoras (sendo que interações caracterizadas por padrões instáveis seriam menos satisfatórias) e que exista uma preocupação mútua com o bem-estar de ambos os indivíduos da relação, ou seja, o indivíduo necessita de sentir que o outro está tão investido na relação como ele (Baumeister & Leary, 1995).

Na realidade, se olharmos para a história evolutiva do ser humano, esta necessidade de pertença parece transportar benefícios de sobrevivência, pois sabemos que a criação de laços sociais provou-se inúmeras vezes favorável para o desenvolvimento da espécie humana, o que pode ter criado nos seres humanos uma orientação natural e inata para construir e manter relações de qualidade com outros membros da espécie humana e, conseqüentemente, sentimentos negativos quando o indivíduo se via privado dessa conexão. Neste sentido, esta necessidade de pertença deverá estar presente em todos os seres humanos, ainda que com algumas variações de grau causadas pela cultura em que o indivíduo se insere (Ainsworth, 1989; Baumeister & Leary, 1995).

### ***1.3 Autonomia***

O terceiro pilar no conjunto das Necessidade Psicológicas Básicas é a Necessidade de Autonomia. Quando falamos de autonomia, falamos da necessidade que os seres humanos têm de se sentirem responsáveis por si e pelas suas ações, da necessidade de experimentar controlo volitivo sobre os seus comportamentos, de tomar decisões sobre o início de uma atividade e sobre a forma como a levam a cabo, sem se sentir coagido a realizá-la por incentivos ou forças externas e de assumir as conseqüências dos seus próprios atos. Remete ainda para a capacidade do indivíduo de estabelecer a ligação entre as suas ações e os seus objetivos e valores pessoais (Connell & Wellborn, 1991; Ryan & Deci, 2017; Simões & Alarcão, 2013).

Não existe uma necessidade entre as 3 que aqui referimos que seja mais importante que as restantes e, tal como já referimos, a não satisfação de uma das necessidades pode acarretar entraves para a satisfação das restantes. Esta interdependência entre as necessidades é particularmente saliente quando pensamos na necessidade de Autonomia, já que não parece possível satisfazer inteiramente a necessidade de competência se não houver um sentimento de autonomia na realização de tarefas que promovam o sentimento de competência; do mesmo modo, só é possível satisfazer completamente a necessidade de pertença se existir um sentimento de conexão voluntária, iniciada pela vontade do indivíduo e que expressa assim a sua autonomia relacional (Ryan & Deci, 2017).

Além de interdependentes entre si, estas três necessidades são consideradas como básicas e universais para todos os seres humanos, mas não se pode descartar a influência da cultura de cada indivíduo na expressão da sua necessidade de Autonomia, Competência ou Pertença. Contudo, parece ser verdade para todos os seres humanos, independentemente do contexto cultural em que se inserem, que a não regulação das suas necessidades psicológicas básicas afeta, em grande medida a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar (Ryan & Deci, 2000).

## 2. Parentalidade

Tendo em consideração o que já revimos sobre a importância que os pais / cuidadores têm no processo de desenvolvimento da criança através da regulação das suas necessidades psicológicas básicas, mas também na formação dos esquemas que irão organizar a forma como a criança pensa e sente sobre si própria, sobre os outros e sobre o mundo (ver ponto 3) passamos agora a centrarmo-nos na questão da parentalidade.

A parentalidade é um fenómeno que vem sendo estudado ao longo de vários anos, numa tentativa de compreender de que forma a ação interventiva dos pais afeta o desenvolvimento das crianças. Sabemos que a parentalidade, enquanto a relação interpessoal entre pais e filhos, é um fenómeno dinâmico e que é fortemente influenciada por uma variedade de fatores, como as características internas dos pais, as características individuais das crianças, o contexto social mais alargado, por exemplo, as relações sociais, a atividade laboral e as relações matrimoniais, entre outras (Belsky, 1984; Simões & Alarcão, 2013). De entre o leque de fatores que influencia a atividade parental, Baldwin, et al. (1945) destacam a importância de dois fatores referentes às cognições dos pais no processo de socialização com os filhos, esses fatores seriam a *atitude emocional* e a *filosofia intelectual*. Os autores referem-se à *atitude emocional* dos pais face à criança, enquanto a satisfação ou frustração dos pais face ao papel parental, por um lado, e à criança em si, por outro. Esta atitude decorre também da transição do papel de ser alguém relativamente independente para o papel de cuidador de um ser que depende de si para existir, ou seja, trata-se da forma como os pais aceitam o seu papel de pais. Quanto à

*filosofia intelectual* relativa aos cuidados a ter com a criança, refere-se à definição subjetiva dos pais de comportamento adequado da criança, ideais sobre os melhores métodos para educar a criança, e as crenças sobre o papel da criança no contexto familiar (Baldwin, et al., 1945).

Importa agora compreender que, dentro do conceito amplo da parentalidade, podemos identificar diversos conceitos que ajudam a analisar e compreender este fenómeno amplo. Consideramos importante prestar alguma atenção às *práticas parentais*, um aspeto específico da interação pais-filhos que engloba os comportamentos verbais, afetivos e físicos concretos levados a cabo com um objetivo (ex: palmadas como forma de punição) e que têm uma influência direta no desenvolvimento da criança (Bornstein, 2006; Darling & Steinberg, 1993; Valentini & Alchieri, 2009).

Ao entender estas práticas, podemos extrair as *dimensões da parentalidade*, que dizem respeito a um conjunto de qualidades ou esquemas descritivos que se agrupam de modo a permitir compreender a natureza da parentalidade. Por sua vez, às características gerais extraídas das interações entre pais e filhos e construídos a partir da conjugação das diferentes dimensões da parentalidade, chamamos *estilos parentais*. Importa realçar que estas dimensões e estilos, apesar de relativamente estáveis e consistentes no tempo, sofrem frequentemente ajustes decorrentes de variados fatores como o desenvolvimento e maturação da criança, ou as interações sociais dos pais. No entanto, são estes estilos parentais que estabelecem o “contexto emocional” onde se irão expressar determinadas práticas parentais, bem com os comportamentos na interação pais-filhos, como as mudanças no tom de voz ou alterações na linguagem não verbal (Bornstein, 2006; Darling & Steinberg, 1993; Skinner, et al., 2005; Valentini & Alchieri, 2009).

## ***2.1 Estilos Parentais e Dimensões da Parentalidade***

Dada a grande variedade de fatores que influenciam a parentalidade e a forma como os indivíduos se relacionam com os seus filhos, num primeiro olhar parece ser muito subjetivo e específico o estilo parental que cada indivíduo utiliza na socialização das crianças, no entanto vários autores mostraram que existem características comuns, ou

padrões, que permitem categorizar e prever o estilo parental dos pais e mães na relação com os seus filhos.

Por exemplo, Baldwin, et al. (1945) consideraram a existência de três padrões de comportamentos típicos, ou estilos parentais, a saber, o padrão de *rejeição*, o padrão *casual* e o padrão de *aceitação*.

O padrão de *Rejeição* designa o grupo de pais que recorrentemente adotam uma postura hostil, desaprovadora e emocionalmente distante face aos seus filhos. Estes autores consideram que o motivo que está na base desta rejeição é o simples facto de existir nestas famílias um sentimento de sobrecarga onde a criança é fruto de um acidente, ou do mero dever de construir uma família, onde há pouca afetividade, onde os pais interagem com a criança fazendo apenas o mínimo esforço necessário. Este padrão pode ainda dividir-se em dois subgrupos: por um lado, os pais cuja interação com as crianças é marcada pela indiferença, inércia e desaprovação, e, por outro lado, os pais que ativamente assumem uma dominância hostil sobre os seus filhos.

O padrão *Casual* procura englobar todos os pais que não se enquadram em nenhum dos padrões opostos de rejeição ou de aceitação, alguém que é moderado no relacionamento com a criança. Os pais *Casuais* podem assumir uma posição autocrática na relação com os seus filhos, uma relação marcada por uma afetuosidade moderada, mas ainda assim um tratamento mais emocional do que racional e onde o ambiente familiar tende a ser caótico. Estes pais podem, ainda, assumir uma posição indulgente, pautando a sua relação com os seus filhos com base no seu humor momentâneo, que é geralmente tolerante, considerando-se, por isso, não haver uma crença clara acerca do que deve ser a parentalidade (Baldwin, et al., 1945).

Finalmente, o padrão de *Aceitação* divide-se em três tipos: democrático, marcado por um clima de liberdade, onde os pais procuram fornecer informações importantes sobre o mundo de modo a permitir à criança, por si mesma, tomar decisões conscientes sobre diversos aspetos da sua vida, tendo presente a existência de alternativas e consequências. Estes pais são descritos como relativamente afetuosos no relacionamento, mas friamente objetivos. O tipo parental indulgente foca-se muito na criança e na aprovação acabando por infantilizar e proteger excessivamente a criança, sendo-lhe os pais inteiramente

devotos, mas não havendo, no entanto, uma grande compreensão da criança por parte dos pais, que são altamente emocionais e afetuosos. O último grupo procura captar os pais que combinam características dos tipos anteriores - democrático-indulgente - estes pais adotam a postura democrática e compreensiva, mas também uma atitude protetora e ansiosa face à criança, os autores descrevem este grupo como “*um meio-termo feliz entre a fria democracia objetiva e a indulgência*” (Baldwin, et al., 1945).

Para os autores acima referidos, a variação destes três padrões de comportamento origina diferentes tipos de estilos parentais. Baumrind (1997) considera que existe apenas uma função parental única, cuja variação origina estilos parentais distintos. Essa função seria a *autoridade parental*, também designada como disciplina, ou controlo, que deve ser transmitida em conjunto com amor e apoio abundantes para ser eficiente.

Na literatura sobre os estilos parentais parece existir algum consenso, mas também alguma divergência relativamente à existência e definição dos estilos *Autoritário* e *Autoritativo*, também designado por estilo *Democrático*. Alguns autores consideram a existência de três estilos (e.g.: Baumrind, 1966, 1971; Grolnick, 2012) sendo eles Autoritário, Autoritativo e Permissivo, enquanto outros autores fazem uma divisão mais detalhada e identificam quatro estilos parentais: Autoritário, Autoritativo, Indulgente e Negligente (e.g. Baumrind,1997; Maccoby & Martin, 1983, *cit in* Valentini & Alchieri, 2009)

Pais caracterizados por um estilo parental *Autoritário* recorrem frequentemente a ameaças ou a coerção para impor as suas exigências e assim garantir o cumprimento dos comportamentos considerados por si desejados, são definidos como bastante exigentes, mas pouco responsivos aos seus filhos. Estes pais valorizam a obediência como uma virtude dos filhos e a punição como forma de a obter. Nas décadas de 40 e 50, este estilo estava frequentemente associado à teologia, onde os pais procuravam impor aos filhos não a sua vontade, mas sim uma vontade divina (Baumrind, 1966, 1971, 1997; Campbell & Gilmore, 2007; Grolnick, 2012).

Pais que utilizam um estilo parental *Autoritativo* ou *Democrático* procuram direcionar o comportamento das crianças de forma racional, para tal recorrem frequentemente ao diálogo, à negociação e fornecem explicações claras sobre os motivos

que se encontram na base das suas expectativas ou exigências para a criança. Apesar de imporem um controlo firme em pontos de divergência entre a sua ideologia e a dos filhos, estes pais não restringem as crianças e incentivam-na a partilhar as razões por detrás das suas objeções. Este estilo parental parece ter sido identificado como o estilo de socialização parental mais adequado na relação com os filhos (Barber, 1997; Baumrind, 1966, 1997; Campbell & Gilmore, 2007; Grolnick, 2012). Pais com um estilo Autoritativo tendem a apresentar níveis elevados em dimensões da parentalidade mais positivas como afeto, provisão de estrutura e apoio à autonomia das crianças (Skinner, et al., 2005).

É neste ponto que parece existir alguma divergência na literatura. Alguns autores definem apenas um terceiro estilo parental o *Permissivo*, um estilo parental que é frequentemente associado a uma menor procura de disciplina por parte dos pais em relação às crianças, o que inclui uma menor exigência no que toca às responsabilidades nas tarefas de casa ou outros comportamentos, permitindo que a criança regule o seu próprio comportamento tanto quanto possível, havendo uma menor intervenção parental nos comportamentos problemáticos das crianças, o que se traduz geralmente em crianças com piores resultados a nível escolar (Baumrind, 1966, 1971; Grolnick, 2012).

Enquanto para outros autores, existe ainda uma maior especificação, destacando a existência de não três, mas quatro estilos parentais, os estilos *Autoritário* e *Autoritativo* e mais dois outros estilos que parecem nascer da especificação mais profunda do estilo *Permissivo*, o estilo *Indulgente* e o estilo *Negligente*. O estilo *Indulgente* é caracterizado por uma elevada responsividade dos pais em relação à criança, aliada a uma baixa exigência, descrevendo pais que são afetuosos e comunicativos, mas excessivamente tolerantes, exercendo pouca autoridade e estabelecendo poucas regras. O estilo *Negligente* é caracterizado, pela reduzida socialização entre os pais e as crianças, pela baixa responsividade e pela baixa exigência, de modo que não é feita uma monitorização suficiente ou adequada dos comportamentos da criança (Maccoby & Martin, 1983, *cit in* Valentini & Alchieri, 2009).

Apesar das variações nas designações atribuídas aos diferentes estilos parentais, podemos perceber que a sua descrição e conteúdo acabam por ser, em certa medida, bastante semelhantes. O mesmo se verifica quando prestamos atenção às dimensões da

parentalidade identificadas na literatura, onde, apesar das diferentes designações atribuídas, parece existir algum consenso relativamente à existência de características ou dimensões da relação pais-filhos que se articulam entre si, e que, em níveis variados, levam à criação de determinados estilos parentais.

No decorrer destes estudos acerca da parentalidade, começaram a surgir associações evidentes entre determinadas dimensões da parentalidade e estilos parentais e as características gerais encontradas nas crianças. Assim, Symonds descreveu as características gerais daquilo que seria a “criança modelo”, uma criança cooperativa, amigável, leal, alegre emocionalmente estável, honesta, um bom cidadão e um bom aluno. Para Baumrind (1970), a criança modelo seria “*instrumentalmente competente*”, ou seja, uma criança caracterizada pela maturidade psicológica, cooperação, independência responsável e academicamente bem sucedida. Verificou-se que estas “crianças modelo” estavam frequentemente associadas a características parentais comuns como pais afetivos, que eram capazes de comunicar de forma clara e justificada as suas expectativas para as crianças e que estabeleciam diretrizes claras e racionais para o comportamento das crianças, permitindo ainda alguma autonomia (Darling & Steinberg, 1993).

Neste sentido, Grolnick (2012) identifica três dimensões importantes da parentalidade, sendo estas o *apoio à autonomia* da criança em oposição ao controlo; a *estrutura* e o *envolvimento na vida dos filhos*. Também Barber (1997) e Hennan, et al. (1997) identificam os três aspetos mais importantes da relação parental como sendo o *envolvimento/conexão*, a *regulação* do comportamento da criança e o desenvolvimento da sua *autonomia psicológica*.

A *Conexão/Envolvimento* diria respeito à importância de providenciar à criança relações interpessoais positivas que permitam uma conexão emocional consistente, estável e positiva, munindo a criança de competências sociais importantes. A *Regulação/Estrutura*, denota a importância de os pais providenciarem supervisão, monitorização e estabelecer regras claras e outras formas de controlo comportamental. Finalmente, a *Autonomia Psicológica* remete para o grau em que os pais são capazes de facilitar e não interferir no desenvolvimento independente do sentido de identidade, eficácia e mérito da criança (Barber, 1997; Grolnick, 2012).

É dentro deste contexto investigativo que Skinner, et al. (2005) apresentam seis dimensões nucleares da parentalidade que podem tanto facilitar como inibir a regulação das necessidades psicológicas básicas das crianças, sendo estas dimensões: Afeto, Rejeição, Estrutura, Caos, Apoio à Autonomia e Coerção que passamos a descrever.

## ***2.2 Afeto, Rejeição, Estrutura, Caos, Apoio à Autonomia e Coerção como Dimensões Nucleares da Parentalidade***

Estas dimensões podem ser vulgarmente interpretadas como opostos conceptuais, como dimensões bipolares (Afeto como o oposto de Rejeição, Estrutura como oposto ao Caos e Apoio à Autonomia como oposição a Coerção). Contudo, Skinner, et al. (2005) vêm comprovar que é possível encontrar, no mesmo indivíduo, valores baixos ou elevados em simultâneo em dimensões vistas como bipolares (ex.: elevado Afeto e elevada Rejeição) sugerindo assim que estas dimensões não representam necessariamente os extremos de uma dimensão bipolar, mas antes um conjunto de seis dimensões unipolares relativamente independentes entre si e que se passa a descrever.

A dimensão do *Afeto/warmth* remete para a capacidade dos pais se mostrarem emocionalmente disponíveis para os seus filhos, transmitindo-lhes amor, respeito, apoio e apreciação genuína, fornecendo um ambiente caloroso, afetivo e confortável à criança. Esta dimensão da parentalidade está associada também a crianças mais direcionadas para o contexto social e mais empáticas, que externalizam menos problemas e com menor angústia emocional. Relaciona-se positivamente com a necessidade de Pertença (Costa, et al., 2019; Skinner, et al., 2005).

A *Rejeição* é aqui interpretada como a expressão ativa de aversão, hostilidade, desgosto, irritabilidade, explosividade, reatividade direcionada à criança, remete ainda para a comunicação encoberta de sentimentos negativos como desaprovação e criticismo. A Rejeição pode ser vista não apenas como o rejeitar dos pedidos de atenção da criança, mas também como comportamentos de rejeição iniciados pelos pais independentemente do comportamento apresentado pela criança (Skinner, et al., 2005). Por isso mesmo se

considera que este tipo de práticas parentais se associa fortemente a tendências depressivas, suicidas, autocríticas nas crianças (Costa, et al., 2019).

A dimensão de *Apoio à Autonomia* remete para a capacidade de providenciar um ambiente de suporte e incentivo à autonomia dos filhos, permitindo à criança expressar e comunicar as suas ideias, objetivos e visões, promovendo a liberdade de escolha e o respeito. Remete também para as práticas parentais que incentivem a resolução independente de situações complexas ou problemáticas pela criança e que encorajem a tomada de decisão, relaciona-se positivamente com a regulação da necessidade psicológica de Autonomia (Grolnick & Ryan, 1989; Skinner, et al., 2005).

A *Coerção*, também denominada de Controlo Psicológico, remete para uma parentalidade restritiva, supercontroladora e intrusiva, marcada pela obediência da criança, e pela limitação da expressão da sua autonomia. Pais com este padrão de interação procuram levar os filhos a satisfazer as suas próprias expectativas e ideais, inculcando-lhes as suas próprias opiniões e emoções, indo assim contra a regulação das necessidades da criança e limitando a sua capacidade de explorar as suas dimensões internas (Barber, 1996; Costa, et al., 2019; Skinner, et al., 2005).

A dimensão de *Estrutura* é definida como a capacidade que os pais têm de providenciar um ambiente com regras e expectativas claras relativas aos comportamentos desejáveis da criança, de lhes dar a conhecer as consequências esperadas dos seus comportamentos e, finalmente, de lhes fornecer um *feedback* sobre o seu comportamento e as razões pelas quais devem agir de determinada forma. Ao fornecerem diretrizes claras sobre a forma como devem agir no mundo, pais que são capazes de providenciar um adequado nível de Estrutura estão a promover nos seus filhos um sentimento de controlo e eficácia que frequentemente se associa à regulação da necessidade de competência, (Griffith & Grolnick, 2013; Grolnick & Ryan, 1989; Grolnick et al., 2014; Skinner, et al., 2005).

Por último, a dimensão do *Caos* que diz respeito à incapacidade de providenciar este tipo de orientações, de dar informação sobre as consequências esperadas e feedback relativo ao comportamento, deixando as crianças na incerteza de como agir, o que pode

gerar um sentimento de incompetência (Griffith & Grolnick, 2013; Grolnick & Ryan, 1989; Grolnick et al., 2014; Skinner, et al., 2005).

Apesar de relativamente independentes entre si, estas dimensões entrelaçam-se no decurso da parentalidade. Um excelente exemplo dessa ligação entre as diferentes dimensões da parentalidade é particularmente visível quando olhamos para a dimensão de Apoio à Autonomia e de Estrutura, já que, na literatura sobre a parentalidade, tem sido difícil estabelecer a diferença e os limites de cada dimensão (Grolnick, et al., 2014). Na prática, estas duas dimensões são frequentemente comunicadas em conjunto, sendo esta articulação visível sempre que os pais, numa tentativa de providenciar um ambiente com regras estipuladas importantes para o desenvolvimento adequado das crianças, lhes dão voz ativa no processo de decisão, permitindo-lhes comunicar as suas ideias e emoções e tomar decisões sobre as suas regras e rotinas (Grolnick, 2012).

Com base nesta caracterização de Skinner, et al., (2005), procuraremos ao longo deste estudo focar a nossa atenção na capacidade dos pais de providenciarem aos seus filhos um ambiente estruturado, conceito que nos propomos a rever em seguida.

### ***2.3. Provisão de Estrutura***

Ao longo dos anos em que a questão da parentalidade e da socialização pais-filhos tem sido estudada e conceptualizada o termo “controlo” tem surgido associado a uma variedade de práticas referentes à parentalidade e à autorregulação dos indivíduos, sendo-lhe frequentemente atribuída uma conotação negativa. Se por um lado o controlo era visto como algo intrusivo e prejudicial para o desenvolvimento das crianças, por outro, a falta de algum controlo era vista também como mal adaptativa (Baumrind, 1966; Grolnick & Pomerantz, 2009; Skinner, 1996).

Nomeadamente, Barber (1996, 1997) alerta para a relação existente entre insuficiente controlo comportamental fornecido pelos pais e a existência de problemas de comportamento nas crianças e adolescentes como comportamentos de agressão, delinquência, uso de drogas, impulsividade. Teoriza Barber que o comportamento inadequado das crianças e jovens pode ter na sua base uma necessidade de definição dos

seus próprios limites, e que, não tendo uma definição externa imposta para aquilo que é aceitável fazer, tendem a definir por si próprios aquilo que é o comportamento aceitável.

No sentido de caracterizar e categorizar a quantidade de práticas que eram designadas sobre o rótulo amplo de Controle, Grolnick e Pomerantz (2009) distinguem que i) ao tipo de parentalidade caracterizada pela pressão, intrusão e dominância exercida sobre a criança, numa tentativa de a levar a corresponder às exigências dos pais deveria ser atribuída a designação de *controle parental*; ii) aos tipos de parentalidade que pautam a sua intervenção pelo incentivo à autonomia das crianças, permitindo-lhes espaço para resolverem por si próprios os problemas que encontram de acordo com a sua perspectiva, seria atribuída a designação de *apoio à autonomia*; iii) à parentalidade caracterizada pela organização do ambiente da criança, de modo a facilitar o seu sentimento de competência, pela transmissão da importância da relação entre ações e as suas consequências, através de diretrizes e expectativas claras e consistentes seria atribuída a designação de *estrutura*, e por sua vez, um ambiente onde os pais não sejam capazes de providenciar estas características, seria designado de *caótico* (Griffith & Grolnick, 2013; Grolnick & Pomerantz, 2009).

A provisão de um ambiente adequadamente controlado e estruturado, em que existe uma regulação relativamente estável do comportamento da criança por parte dos pais, é a base necessária para promover a capacidade de autorregulação na criança, capacidade sem a qual esta não terá um controlo adequado sobre os seus impulsos, e é neste sentido que a dimensão da provisão de estrutura pelos pais se assume importante no processo de socialização dos filhos (Barber, 1997). Além disso, importa destacar que a provisão de estrutura por parte dos pais não tem de se restringir à orientação e monitorização do comportamento dos filhos, mas também deve ser utilizada de modo a facilitar a internalização de valores importantes para que a criança seja capaz de agir e socializar de acordo com as normas do contexto social em que se insere (Grolnick & Pomerantz, 2009).

Mais ainda, Baumrind (1997) considera que, se durante os primeiros anos de vida da criança, os pais tiverem a capacidade de providenciar um “controlo” (no sentido de orientação e não de coerção) firme do seu comportamento, se forem instaurados hábitos

firmes de bom comportamento, então, no caminho para a adolescência, as crianças irão necessitar de cada vez menos regras e os pais poderão atenuar o controle exercido sobre elas.

Neste âmbito importa referir que também a motivação da criança para realizar aquilo que são os comportamentos desejados é discutida na literatura. Autores como Grolnick (2012) ou White (1959) defendem que, durante o processo de provisão de *Estrutura*, o comportamento desejado deve ser alcançado pela motivação intrínseca da criança de ser competente, de fazer aquilo que é congruente com as regras delimitadas. Deste modo, as recompensas externas recorrentes para os comportamentos desejados podem comprometer a motivação intrínseca da criança, por outro lado, autores defendem que recompensas inesperadas para comportamentos desejados, podem ser benéficas uma vez que, não tendo agido com o objetivo de alcançar uma recompensa, a criança sente o seu comportamento valorizado pelos outros (Grolnick, 2012; White, 1959). Já Baumrind (1997) considera que as crianças necessitam de reforços externos para se sentirem motivadas a realizar determinados comportamentos, resultando esses reforços externos em competência que irão, por sua vez, fomentar o desenvolvimento de motivação ou interesse intrínseco.

### **3. Transmissão Intergeracional**

Uma importante questão colocada pelos estudos sobre a parentalidade diz respeito aos motivos que levam a que um determinado indivíduo recorra a um estilo parental específico em detrimento de outros, recorrendo a práticas que podem ser mais ou menos promotoras de desenvolvimento e bem-estar nos seus filhos. Muitos autores concebem teorias que tentam dar resposta a esta questão tão fundamental (e.g. Belsky, 1984; Simões & Alarcão, 2013).

Uma das principais teorias que surge como resposta a esta questão, surge do estudo das experiências precoces dos pais na relação com os seus próprios pais, aquando da sua infância e é precisamente na história de desenvolvimento dos pais, como principal

fator de influência da atividade parental dos indivíduos que pretendemos focar-nos no presente estudo.

Neste sentido, Belsky (1984) justifica a importância da história de desenvolvimento dos pais para a parentalidade tendo por base: a literatura existente sobre abuso infantil (onde existe uma relação entre experiências de abusos na infância e posteriores práticas de abuso com os filhos); a literatura sobre a depressão (que indica a existência de uma relação entre experiências de separação dos pais durante a infância enquanto fator de risco para a patologia e uma maior dificuldade em prestar cuidados aos seus filhos posteriormente) e, finalmente; a literatura sobre o envolvimento parental (concluindo que altos níveis de envolvimento parental na infância do indivíduo se relacionam com altos níveis de envolvimento parental na relação posterior deste com os seus filhos).

Assim, parece existir uma transmissão intergeracional das práticas parentais de modo que, os estilos parentais adotados pelos indivíduos na relação com os seus filhos, tendem a perpetuar aquilo que foi a sua própria experiência na relação com os seus pais na infância, independentemente de esta experiência ter sido marcada por práticas parentais mais positivas ou mais negativas (Belsky, 1984; Belsky, et al., 2009; Conger, et al., 2012; De Carli, et al., 2018).

Importa então compreender o mecanismo inerente a esta transmissão intergeracional. Entre outros motivos, esta pode acontecer porque o recurso a práticas parentais positivas irá permitir a satisfação de determinadas necessidades psicológicas das crianças nomeadamente, as necessidades de Pertença, de Autonomia e de Competência, fundamentais para um desenvolvimento saudável das crianças e que se relacionam respetivamente com uma parentalidade que providencia Afeto, Apoio à Autonomia e Estrutura (Skinner, et al., 2005). Ora, a satisfação destas necessidades irá fomentar um maior nível de bem-estar, um melhor desenvolvimento de competências sociais e emocionais que serão fundamentais para a vida futura das crianças e, conseqüentemente, para a relação dos indivíduos adultos com os seus filhos (Belsky, 1984; Belsky, et al., 2005).

Do mesmo modo, também a continuidade das práticas parentais negativas entre gerações parece dever-se em parte ao facto de estas práticas características de dimensões de Rejeição, Coerção e Caos poderem impedir a satisfação das necessidades psicológicas de Pertença, Autonomia e Competência, anteriormente referidas (Skinner, et al., 2005) e, assim, criar problemas emocionais e comportamentais nas crianças e inibir o desenvolvimento de competências sociais e emocionais adequadas para, futuramente, se relacionarem com os seus próprios filhos (Belsky, et al, 2005; Campbell & Gilmore, 2007; Conger, et al., 2012; De Carli, et al., 2018; Putallaz, et al., 1998).

Um outro modelo que pode ajudar a compreender a transmissão intergeracional das práticas parentais pode ser a Terapia dos Esquemas de Young, et al. (2009). Este modelo tem como premissa que os seres humanos recorrem à criação de esquemas para responder eficazmente ao mundo que os rodeia. Os esquemas são assim padrões relativamente estáveis formados precocemente durante a infância de um indivíduo, associados às dimensões cognitiva e emocional, que ajudam o indivíduo a processar a realidade que o rodeia e agir dentro dela (Bordman, et al., 2019; Young, et al., 2009). Adaptando este modelo teórico ao objetivo deste estudo, consideramos que, durante a infância, os indivíduos vão, também a partir da relação que têm com os seus pais, criar representações esquemáticas da realidade de si próprios, dos outros e do mundo. Contudo, por vezes, estes esquemas são mal adaptativos por se formarem, entre outros motivos possíveis, como resultado, da não satisfação das necessidades psicológicas das crianças e, por isso, poderem levar a respostas cognitivas, emocionais e comportamentais disfuncionais e auto derrotistas que se repetem ao longo da vida do indivíduo.

Apesar de poderem ser mal adaptativos, os esquemas formados foram, em algum ponto do desenvolvimento do indivíduo e daquilo que era o seu meio envolvente, úteis para lidar com esse meio. Cada indivíduo pode lidar com os esquemas de três formas: rendendo-se ao esquema (mantendo o seu comportamento congruente com o esquema formado); evitando o esquema (agindo de forma a evitar a ativação do esquema); ou supercompensando o esquema (dirigindo o seu comportamento para o oposto daquilo que é definido pelo esquema) (Lopes, et al., 2014; Young, et al., 2009).

Assim, em termos teóricos, o modelo proposto pela Terapia dos Esquemas permite-nos compreender a relação entre as práticas parentais e a formação de esquemas tornando imprescindível ter em consideração a postura dos pais e as práticas parentais utilizadas para as representações que cada indivíduo tem de si próprio, dos outros e do mundo mas também, porque a Terapia dos Esquemas nos alerta para o facto de que a não regulação das necessidades psicológicas básicas pode levar à formação de esquemas mal adaptativos e assim a dificuldades e perturbações da personalidade como um aspeto a ter em conta nos fatores individuais que têm impacto na parentalidade (Belsky, 1984)

Assumindo então de modo geral que a vivência de práticas parentais negativas dificulta a aquisição de competências sociais e emocionais fundamentais para o desempenho do papel parental, podendo até, em situações mais extremas levar ao desenvolvimento de esquemas mal adaptativos precoces, interessa perceber como é que o indivíduo, na idade adulta, avalia essas práticas parentais de que foi alvo e que impacto estas poderão ter na sua parentalidade e, especificamente, nas suas próprias práticas parentais atuais.

Nesta questão da transgeracionalidade das práticas parentais importa ainda referir que existem determinadas atenuantes referidas na literatura, que podem fazer com que a continuidade das práticas parentais negativas não ocorra. Por um lado, Bronfenbrenner (1960) defendeu, com base na teoria da identificação de Freud, que o indivíduo apenas iria replicar na relação com os seus filhos as práticas parentais negativas vividas na sua infância se, durante a sua infância, se identificasse/fosse totalmente dependente do progenitor, ora na sua perspetiva, dado que as práticas parentais marcadamente negativas se caracterizam por comportamentos de afastamento e rejeição na relação com os filhos, esta identificação poderá não acontecer.

Por outro lado, alguns autores consideram que, mesmo tendo vivido uma infância marcada por práticas parentais negativas, a criança poderá não vir futuramente a replicá-las na vida adulta, por exemplo, se tiver sido capaz de estabelecer relações positivas, afetuosas e gratificantes com outros adultos significativos, ou se tiver passado por um processo terapêutico eficaz (Belsky, et al., 2005). Mesmo durante a vida adulta do indivíduo a repetição das práticas pode não ocorrer se considerarmos a importância que o estilo parental do cônjuge pode ter na forma como um indivíduo se irá relacionar com

o seu filho. Por exemplo, mesmo que um indivíduo tenha um histórico de práticas parentais negativas na sua infância e tenha tendência a replicá-las na relação com o seu filho, se o cônjuge adotar um estilo mais afetivo, essas práticas negativas poderão ser atenuadas (Belsky, et al., 2005; Belsky, et al., 2009; Schofield, et al., 2009).

#### **4. Regulação Emocional**

Parece-nos também fundamental neste estudo avaliar a influência que a capacidade de *Regulação Emocional* dos pais tem na relação parental com os seus filhos, propomo-nos, por isso, a rever agora alguns aspetos importantes desta variável.

Estudos revelam que, a capacidade dos pais de regular as suas próprias emoções, tem um grande impacto nas práticas parentais utilizadas na relação com os seus filhos, pela capacidade de regular emoções positivas e negativas e agir de forma ponderada e não impulsiva (Carreras, et al., 2019). Assim, a capacidade de Regulação Emocional dos indivíduos é o mecanismo fundamental que permite regular as respostas emocionais, tornando-as adequadas às exigências das diferentes situações, o que, no contexto da parentalidade, pode representar a capacidade de controlar respostas impulsivas e inibir o uso de estratégias parentais punitivas ou comportamentos precipitados (Shaw & Starr, 2019).

Gratz e Roemer (2004) definem a capacidade de *Regulação Emocional* como i) a consciência e compreensão das emoções; ii) a aceitação das emoções; iii) a capacidade de controlar impulsos e de agir em conformidade com os objetivos desejados, mesmo na presença de emoções negativas; e iv) a capacidade de recorrer a estratégias de regulação emocional adequadas à situação em que o indivíduo se insere, para criar respostas emocionais congruentes com os objetivos individuais e exigências situacionais (Gratz & Roemer, 2004; Hallion, et al., 2018; Kaufman, et al., 2015).

Na realidade, Dix (1991), considera, que além de controlar a forma como as emoções interferem nas práticas parentais propriamente ditas, um dos principais mecanismos da regulação emocional dos pais / mães, deve ser o de saber como e quando expressar os diferentes estados emocionais na relação com a criança, saber quando é que a expressão de uma emoção negativa, por exemplo quando uma criança tem comportamentos desadequados, pode ser assustadora para a criança, ou motivá-la a agir de forma diferente no futuro, ou quando é que a expressão de emoções positivas ajuda a criança a sentir-se apreciada e amada em vez de “mimada” (no sentido negativo).

E é também neste contexto que surge o Modelo Tripartido da Influência Parental e Familiar na Regulação Emocional da Criança, de Morris, et al. (2007). Este modelo baseia-se na premissa de que a capacidade de regulação emocional dos pais irá ser a base para a regulação emocional da própria criança.

Dividindo-se em três pilares base, este modelo propõe que, por um lado, a criança aprende a regular as suas emoções através daquilo que retém / que observa da regulação emocional dos seus pais, o que representa um desafio para os pais /mães, de serem capazes de transmitir à criança que estão emocionalmente regulados, enquanto tentam apaziguar o distress da desregulação emocional da criança, ensinando-a a autorregular as suas emoções; o segundo pilar assenta na forma como as práticas parentais adotadas pelos indivíduos na relação com os seus filhos serão mais ou menos promotoras do desenvolvimento de regulação emocional nas crianças, por exemplo através da regulação comportamental; finalmente o terceiro pilar respeita à forma como o ambiente ou clima familiar requer determinadas respostas emocionais da criança, por exemplo, se a criança vive num ambiente emocional positivo será capaz de regular e expressar as suas emoções com maior facilidade e de forma mais adequada, enquanto que vivendo num clima negativo terá de adotar estratégias de expressão emocional menos adaptativas, de modo a “ser ouvida” (Morris, et al., 2007; Rutherford, et al., 2015).

Desta forma, sabemos que as crianças pequenas recorrem à regulação externa fornecida pelos seus cuidadores para desenvolverem quer a sua autorregulação comportamental (Barber, 1997) quer a sua regulação emocional (Carreras, et al., 2019; Morris, et al., 2007; Shaw & Starr, 2019). Por exemplo, Morris, et al. (2017) mostraram

que os pais e as mães com uma maior capacidade de regulação emocional tendem a ser mais responsivos às pistas emocionais dadas pelas crianças. Por isso, são também capazes de adotar estratégias mais positivas na relação com os seus filhos e que permitirão à criança compreender a forma mais socialmente adequada de expressar as suas emoções, ou seja, permitindo assim a autorregulação da criança, assente num *feedback* dado pelos pais sobre a forma como a criança expressa e regula as suas emoções.

Tendo assim revisto os conceitos chave da presente investigação, propomo-nos a investigar neste estudo o fenómeno da parentalidade, através da avaliação das perceções sobre as práticas parentais utilizadas, o componente mais específico e avaliável da parentalidade.

Tendo em conta as seis dimensões da parentalidade - Afeto, Autonomia, Estrutura, Caos, Rejeição e Coerção - procuraremos investigar as práticas parentais usadas no presente por um grupo de pais de crianças entre os 5 e os 12 anos recorrendo ao autorrelato das práticas por si utilizadas. Procuraremos ainda investigar as perceções dos mesmos pais sobre as práticas parentais que foram usadas consigo próprios pelos seus pais ao longo do seu desenvolvimento e se existe uma relação entre as duas perceções, ou seja, se o modo como se comportam atualmente com os seus filhos e o modo como os seus pais se comportaram consigo, no passado, estão de algum modo relacionadas. Finalmente, pretendemos investigar as dificuldades e competências de regulação emocional dos participantes e se se relacionam com as práticas parentais utilizadas.

## *Estudo empírico*

### **5. Métodos**

#### ***5.1 Pertinência do estudo / objetivos e Hipóteses***

Na base desta investigação estão dois aspetos muito importantes: o primeiro aspeto diz respeito à noção de que as crianças têm uma série de necessidades básicas que, quando satisfeitas, promovem elevados níveis de bem-estar e um desenvolvimento ótimo (Ryan & Deci, 2000, 2017; Simões & Alarcão, 2013), e que as práticas parentais empregues podem tanto facilitar como inibir essa satisfação (Skinner, et al., 2005); o que nos leva ao segundo aspeto fundamental, de que as práticas parentais e a parentalidade de um modo geral têm um tremendo impacto na vida e no desenvolvimento das crianças. Sendo os primeiros agentes de socialização das crianças, os pais irão moldar a forma como a criança encara o mundo e a forma como irá encarar a parentalidade na sua vida adulta (Belsky, 1984).

Posto isto, consideramos de fundamental importância avaliar as práticas parentais e as dimensões da parentalidade. Neste sentido, definimos como objetivos para a presente investigação:

1. Avaliar a perceção dos participantes do nosso estudo sobre as práticas parentais que utilizam na relação com os seus filhos e especialmente na provisão de Estrutura;
2. Avaliar a perceção que têm sobre as práticas parentais que os seus pais utilizavam para consigo próprios durante a sua infância e juventude;
3. Avaliar se existe e qual a relação entre a perceção das práticas parentais utilizadas pelos participantes com os seus filhos/filhas e a perceção que estes têm das práticas utilizadas anteriormente pelos seus pais consigo próprios e especialmente, na provisão de Estrutura;
4. Avaliar as competências de regulação emocional dos participantes;

5. Avaliar se existe e qual a relação entre as práticas parentais usadas, no presente pelos pais, nomeadamente na provisão de Estrutura, e as suas competências de regulação emocional.

Tendo por base a literatura consultada e os objetivos que propomos para este estudo prevemos que:

- a) haja uma relação entre a perceção que os participantes têm sobre as práticas parentais utilizadas pelos seus pais aquando da sua infância e as práticas parentais que os participantes empregam na atualidade com os seus filhos, já que pressupomos que as primeiras influenciam as segundas, pressupondo a transmissão entre gerações (Belsky, 1984; Conger, et al., 2012; De Carli, et al., 2018). Prevemos ainda que
- b) haja uma relação entre as competências de regulação emocional dos pais e as práticas parentais usadas, já que pressupomos que as primeiras irão influenciar a forma como estes pais se posicionam na relação com os seus filhos (Carreras, et al., 2019; Dix, 1991).

O presente estudo é de natureza quantitativa e assume um desenho correlacional (Thompson & Panacek, 2007) pois procura avaliar a correlação entre as variáveis de experiências precoces dos participantes na sua relação com os seus pais, e a forma como estes se relacionam na atualidade com os seus filhos, além disso, procura ainda avaliar a existência de uma relação entre a capacidade de regulação emocional dos participantes e a forma como estes são capazes de regular as suas emoções na relação com os seus filhos.

## ***5.2 Participantes***

Como critério para integrar o presente estudo, os participantes deveriam ser pais ou mães de pelo menos uma criança com idade compreendida entre os 5 e os 12 anos e deveriam poder responder *online*. Assim para este estudo contámos com uma amostra inicial de 566 participantes, contudo, a nossa amostra final é de 478 participantes, uma

vez que os restantes indivíduos não se enquadravam nos critérios de inclusão do estudo (n=12) ou não responderam a todos os instrumentos aplicados (n=76).

De um total de 478 sujeitos, com idades compreendidas entre os 27 e os 56 anos de idade com M= 41,69 anos (DP= 4,980), 96,4% (461 participantes) são do sexo feminino e os restantes 3,6 % (17 participantes) pertencem ao sexo masculino.

A média de filhos por participante é de 1,85 (DP=0,801), e a média de idades do filho em que se focaram para responder aos instrumentos de cerca de 8,62 (DP=2,21) anos de idade. No que respeita ao sexo do filho, a maioria (52,9%) enquadra-se no sexo masculino sendo os restantes (47,1%) pertencentes ao sexo feminino.

O nível socioeconómico dos participantes foi calculado através do nível de escolaridade e da profissão, tendo por base a Classificação Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística, 2010), sugerindo assim quatro níveis de competência que denominamos por baixo, médio baixo, médio alto e alto. Com base nesta classificação 51,5% dos participantes enquadra-se dentro do quarto nível (alto) e apenas 2,9% dos participantes no nível mais baixo. A restante caracterização dos participantes é feita na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Caracterização Sociodemográfica da amostra (N=490)*

<b>Variáveis</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>Min-Max</b>
Idade	41,66	4,908	27 - 56
Número de filhos	1,85	0,801	1 - 8
Idade do filho	8,62	2,21	05-12
	<b>n</b>	<b>%</b>	
Sexo			
Feminino	461	96,4	
Masculino	17	3,6	
NSE			
Baixo	14	2,9	
Médio baixo	131	27,4	
Médio alto	87	18,2	
Alto	246	51,5	

**Tabela 1***Caracterização Sociodemográfica da amostra (N=490) (continuação)*

---

Estado civil		
Solteiro(a)	46	9,6
Casado(a)/União de facto	364	76,2
Divorciado(a)/Separado(a)	68	14,2
Como sente que partilha a responsabilidade pela educação/cuidado do seu filho(a)		
10% - 90%	21	4,4
25% - 75%	27	5,6
50% - 50%	189	39,5
75% - 25%	120	25,1
90% - 10%	61	12,8
100% - 0%	58	12,1
Sexo do filho		
Feminino	225	47,1
Masculino	253	52,9
Ano de ensino que frequenta		
Pré-escolar	84	17,6
1º ano	52	10,9
2º ano	75	15,7
3º ano	58	12,1
4º ano	64	13,4
5º ano	73	15,3
6º ano	72	15,1
Percentagem de tempo em que coabita com o seu filho		
100%	336	70,3
75%	78	16,3
50%	56	11,7
25%	8	1,7

---

### **5.3 Descrição dos instrumentos/materiais utilizados**

A recolha de dados para o presente estudo foi feita através da aplicação de quatro instrumentos, sendo um Questionário Sociodemográfico construído especialmente para este estudo; o *Parents as Social Context Questionnaire* - forma Pais (PASCQ; Skinner, et al.,1986) para avaliar as perceções dos pais sobre as suas práticas parentais, recorrendo à versão portuguesa do instrumento (Sá, et al., 2021); a *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (DERS; Gratz & Roemer, 2004) na sua versão reduzida (DERS-18; Kaufman et al., 2016), para avaliar as competências de regulação emocional dos pais, tendo sido utilizada a versão portuguesa da escala (Fernandes, et al., 2019); e o *Parents as Social Context Questionnaire* - forma Filhos (PASCQ; Skinner, et al.,1986) para avaliar a representação que os participantes tinham das práticas dos seus pais consigo, tendo sido utilizada a versão portuguesa do instrumento (Sá, et al., 2021).

#### **5.3.1. Questionário Sociodemográfico**

Inicialmente foi aplicado um questionário de caracterização sociodemográfica dos participantes, que procurava recolher informações referentes à idade, género, naturalidade, grau de escolaridade, profissão, estado civil, a perceção que tem acerca da partilha de responsabilidade pela educação/cuidado do(s) filho(s), o número de filhos e as respetivas idades.

De modo a levar os participantes a focarem-se na perceção que têm da sua relação com um único filho, era ainda pedido que respondessem a algumas questões de caracterização da criança, nomeadamente o sexo, idade, naturalidade, ano de escolaridade e ainda a sua perceção sobre a percentagem de tempo que coabita com a criança (Anexo B).

#### **5.3.2. *Parents as Social Context Questionnaire* - Forma Pais**

De modo a avaliar a perceção que os participantes têm sobre as práticas parentais empregues na relação com os seus filhos recorreremos ao *Parents as Social Context Questionnaire* – PASCQ- Forma Pais (Skinner, et al., 1986), utilizando para esta

investigação a versão portuguesa do instrumento, traduzida e adaptada por Sá, Vaz–Velho e Almeida (2021), tendo sido os autores consultados acerca da utilização do instrumento.

O *Parents as Social Context Questionnaire* na Forma Pais é uma medida de autorrelato composto por 33 itens de se agrupam em seis dimensões da prática parental, sendo estas: Afeto (composto por 7 itens, e.g. “*Eu faço coisas especiais com o/a meu/minha filho/a*”); Rejeição (composto por 5 itens, e.g. “*Às vezes o/a meu/minha filho/a é uma pessoa de quem é difícil gostar*”); Estrutura (composto por 6 itens, e.g. “*Eu digo claramente ao/à meu/minha filho/a o que espero dele/a*”); Caos (composto por 5 itens, e.g. “*Eu deixo o/a meu/minha filho/a fazer coisas que realmente não devia deixar*”); Autonomia (composto por 5 itens, eg. “*Eu incentivo o/a meu/minha filho/a a expressar os seus sentimentos mesmo quando são difíceis de ouvir*”) e Coerção (composto por 5 itens, e.g. “*Eu vejo-me envolvido em lutas de poder com o/a meu/minha filho/a*”).

A resposta aos itens é feita através de uma escala de tipo *Likert*, que varia de 1- “*nada verdadeira*” a 4 - “*muito verdadeira*” consoante o nível de concordância que o participante sente relativamente a cada um dos itens. A pontuação para cada dimensão da escala é feita através do cálculo da média de respostas do conjunto dos itens que compõem cada uma das dimensões, assim, médias mais elevadas evidenciam um maior recurso a determinada dimensão.

Naquilo que respeita à consistência interna do instrumento avaliada no estudo de referência através do Coeficiente de *Alpha de Cronbach* para uma amostra de mães, varia entre  $\alpha=.61$  para as dimensões de Estrutura e Apoio à Autonomia, e  $\alpha=.82$  para a dimensão da Coerção (Skinner, et al., 2005).

### **5.3.3. *Difficulties in Emotion Regulation Scale* na sua versão reduzida (DERS-18)**

De modo a avaliar a capacidade de regulação emocional dos participantes, recorreremos à *Difficulties in Emotion Regulation Scale* - (DERS; Gratz & Roemer, 2004) na sua versão reduzida (DERS-18; Kaufman et al., 2016), tendo sido utilizada a versão portuguesa do instrumento, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Fernandes, Pinheiro e Sá (2019).

Esta escala procura avaliar seis dimensões da Regulação Emocional através de um total de 18 itens, sendo estas dimensões (1) *Estratégias* - de regulação emocional

adequadas às diferentes situações (composto por 3 itens, e.g. “*Quando estou perturbado(a) acho que não há nada que possa fazer para me sentir melhor*”); (2) *Não aceitação* - das diferentes emoções (composto por 3 itens, e.g. “*Quando estou perturbado(a) sinto-me culpado(a) por me sentir assim*”); (3) *Impulsos* - e capacidade de os controlar (composto por 3 itens, e.g. “*Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em controlar os meus comportamentos*”); (4) *Objetivos* - a capacidade de agir no sentido dos objetivos desejados (composto por 3 itens, e.g. “*Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em concentrar-me*”); (5) *Consciência* - dos diferentes estados emocionais (composto por 3 itens cotados de forma inversa, e.g. “*Presto atenção à forma como me estou a sentir*”) e finalmente, (6) *Clareza* - compreensão das próprias emoções (composto por 3 itens, e.g. “*Tenho dificuldade em entender os meus sentimentos*”).

A *Difficulties in Emotion Regulation Scale*, na sua versão reduzida trata-se de uma escala de autorrelato, onde a resposta é dada através de uma escala de Likert, tendo como opções de resposta: 1 - “*quase nunca*”, 2 - “*Algumas vezes*”, 3- “*Muitas vezes*”, 4 - “*A maior parte das vezes*” e 5 - “*Quase sempre*”, de acordo com a forma como os participantes lidam habitualmente com as suas emoções. As pontuações são obtidas através da soma dos diferentes itens que compõem as seis dimensões, sendo que pontuações mais elevadas evidenciam uma maior dificuldade sentida pelos participantes ao nível da sua regulação emocional.

Relativamente à consistência interna do questionário avaliada no estudo de referência através do Coeficiente de *Alpha de Cronbach* numa amostra de jovens adultos universitários, parece haver uma boa consistência interna para todas as subescalas do instrumento, onde os valores variam entre  $\alpha=.78$  para as dimensões de Clareza e Consciência, e  $\alpha=.91$  para a dimensão dos Objetivos. Quanto à globalidade da escala, apresenta um  $\alpha=.89$  (Kaufman, et al., 2016).

#### **5.3.4. Parents as Social Context Questionnaire - Forma Filhos**

O *Parents as Social Context Questionnaire* na Forma Filhos (Skinner, et al., 1986), que foi utilizado nesta investigação na versão portuguesa, traduzida e adaptada por Sá, Vaz -Velho e Almeida (2021), é também uma medida de autorrelato que procura

avaliar a percepção que os participantes têm sobre as práticas parentais empregues pelos seus pais, aquando da sua infância.

Este questionário é composto por 48 itens de se agrupam em seis dimensões da prática parental, sendo estas: Afeto (composto por 8 itens, e.g. “*Os meus pais diziam-me que gostavam de mim*”); Rejeição (composto por 8 itens, e.g. “*Às vezes pergunto-me se os meus pais gostavam de mim*”); Estrutura (composto por 8 itens, e.g. “*Quando eu queria fazer alguma coisa, os meus pais mostravam-me como é que se faz*”); Caos (composto por 8 itens, e.g. “*Quando os meus pais faziam uma promessa nunca sabia se a iriam cumprir*”); Autonomia (composto por 8 itens, e.g. “*Os meus pais confiavam em mim*”) e Coerção (composto por 8 itens, e.g. “*os meus pais estavam sempre a dizer-me o que fazer*”).

Tal como na forma Pais, a resposta aos itens, é feita através de uma escala de tipo *Likert*, que varia de 1- “*nada verdadeira*” a 4 - “*muito verdadeira*” consoante o nível de concordância que o participante sente relativamente a cada um dos itens. A pontuação para cada dimensão do questionário na Forma Filhos é feita através do cálculo da média de respostas do conjunto dos itens que compõem cada uma das dimensões, assim, médias mais elevadas evidenciam um maior recurso a práticas de determinada dimensão.

Relativamente à consistência interna do questionário avaliada no estudo de referência através do Coeficiente de *Alpha de Cronbach* numa amostra de jovens adolescentes, os valores mostraram-se bastante satisfatórios variando entre  $\alpha=.78$  para as dimensões de Caos e  $\alpha=.85$  para a dimensão de Afeto (Skinner, et al., 2005).

## **5.4 Procedimentos**

Os dados deste estudo foram recolhidos num período de dois meses, entre junho e julho de 2021, num formato *online*, através da plataforma *Qualtrics<sup>XM</sup>*. Os instrumentos utilizados foram introduzidos na plataforma e partilhados com elementos-chave da população que procuramos estudar através de meios digitais. Estes participantes, por sua vez podiam partilhar o *link* de acesso com outros elementos do mesmo grupo, através, por exemplo, de grupos de encarregados de educação nas redes sociais, ou partilhando com colegas, familiares, conhecidos, que satisfizessem os critérios de inclusão do nosso

estudo, formando assim uma amostra não probabilística de propagação geométrica usando uma estratégia de “bola de neve” (Marôco, 2021).

Ao entrarem no *link* de acesso ao estudo, aos participantes era apresentada uma página inicial referente ao consentimento informado, onde eram dados a conhecer o objetivo do estudo, a equipa de investigação e respetivos contactos, os procedimentos para o preenchimento, os potenciais riscos associados, as questões relacionadas com a confidencialidade das respostas dadas e a natureza anónima e voluntária da participação. No fim da página os participantes indicavam se aceitavam ou não participar no estudo, expressando assim o seu consentimento informado (Anexo A).

Após aceitação do consentimento informado aos participantes, era apresentado o Questionário Sociodemográfico (Anexo B), seguido *Parents as Social Context Questionnaire* na Forma Pais (PASCQ - Forma Pais; Skinner, et al.,1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) (Anexo C), depois a *Difficulties in Emotion Regulation Scale* na sua versão reduzida (DERS-18; Gratz & Roemer, 2004; Kaufman et al., 2016 Kaufman et al., 2016; versão portuguesa por Fernandes, et al., 2019) (Anexo D) e, finalmente, o *Parents as Social Context Questionnaire* na Forma Filhos (PASCQ - Forma Filhos; Skinner, et al.,1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) (Anexo E). Os instrumentos foram apresentados a todos os participantes pela mesma ordem e todos os instrumentos utilizados são de autorrelato e foram respondidos de forma anónima pelos participantes.

## **5.5. Análise dos Dados**

As respostas aos instrumentos foram convertidas então numa base de dados do *software IBM SPSS Statistics 24 para Windows* para posterior tratamento e análise dos dados, obteve-se assim uma base de dados que era inicialmente composta por 566 participantes.

Numa primeira fase foram excluídos 12 indivíduos por não cumprirem os critérios de inclusão no estudo, respondendo centrados na sua relação com filhos com idades inferiores a 5 anos, ou superiores a 12 anos. Seguidamente foram excluídos também da

base de dados a analisar, os participantes que não responderam à totalidade dos instrumentos (n=76), possivelmente devido à extensão dos questionários, formando assim uma amostra final de 478 indivíduos. Finalmente, procedeu-se ao tratamento dos valores omissos. Tendo-se verificado que os casos omissos pareciam ser aleatórios e que o número era consideravelmente reduzido (n=8) foi possível realizar a substituição pela média do item, o que possibilitou o início da análise estatística dos dados.

O primeiro passo executado foi a análise descritiva das variáveis sociodemográficas, permitindo uma caracterização da amostra em estudo, seguindo-se de uma análise descritiva dos instrumentos a utilizar, caracterizando-os quanto aos seus valores mínimos e máximos, médias e desvio-padrão e análise da fiabilidade com recurso ao cálculo do *Alpha* de *Cronbach* tanto para a globalidade dos instrumentos quanto para as diferentes dimensões que os compõem.

De modo a averiguar se a amostra seguia uma distribuição normal, utilizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* com correção de *Lilliefors* de onde foi possível concluir que a amostra não seguia uma distribuição normal ( $p < 0.05$ ). Neste sentido, de modo a avaliar a relação existente entre as variáveis em estudo, considerou-se necessário optar por testes Não Paramétricos, nomeadamente, a realização de Correlações Bivariadas através do Coeficiente de Correlação de *Spearman* utilizando como valores de referência para o nível de significância  $p < 0,01$  e para a caracterização das correlações os valores sugeridos por Pallant (2007) sendo:  $p \leq .29$  correlação fraca,  $p \leq .49$  correlação mediana, e  $p \geq .50$  correlação forte.

## **6. Resultados**

### ***6.1 Análise descritiva das Variáveis***

#### **6.1.1 Perceção dos participantes sobre as estratégias parentais que utilizam na relação com os seus filhos**

De modo a caracterizar a perceção que os participantes têm acerca das práticas parentais empregues na relação com o seu filho na atualidade, procedeu-se à análise

descritiva e à análise da consistência interna do *Parents as Social Context Questionnaire* (PASCQ) na forma Pais (Tabela 2).

**Tabela 2:**

*Análise Descritiva das Dimensões PASCQ - Forma Pais (N=478)*

	Min.	Max.	M	DP	$\alpha$ Chronbach
Dimensão Afeto	1,57	4,00	3,49	0,40	0,767
Dimensão Estrutura	1,83	4,00	3,44	0,40	0,633
Dimensão Apoio à Autonomia	2,20	4,00	3,74	0,34	0,709
Dimensão Rejeição	1,00	3,60	1,95	0,56	0,664
Dimensão Caos	1,00	3,60	1,66	0,49	0,623
Dimensão Coerção	1,00	4,00	2,08	0,59	0,717
Dimensões Positivas	2,06	4,00	3,54	0,31	0,837
Dimensões Negativas	1,00	3,27	1,90	0,45	0,824
PASCQ-Pais Total	2,00	3,48	2,80	0,20	0,612

Quanto à consistência interna do total do instrumento, avaliada através do coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* ( $\alpha=0,612$ ), podemos perceber que apresenta uma consistência interna aceitável, ainda que questionável (George & Mallery, 2019). No entanto, analisando a consistência interna de cada uma das dimensões avaliadas pelo instrumento, é possível perceber que quase todas as dimensões apresentam alfas satisfatórios (superiores a 0,7), à exceção das dimensões Estrutura ( $\alpha=0,633$ ), Rejeição ( $\alpha=0,664$ ) e Caos ( $\alpha= 0,623$ ) que, no entanto, não se afastam muito desse valor.

Os dados encontrados na Análise Fatorial de ambas as formas do questionário não foram os previstos, tendo sido encontrados para a forma Filhos apenas dois fatores, sendo que um dos fatores encontrados agrupava itens daquilo que consideramos como

dimensões com conotação positiva - Afeto, Estrutura e Apoio à Autonomia - enquanto o segundo fator agrupava os itens correspondentes às dimensões que consideramos mais negativas - Rejeição, Caos e Coerção. Assim, considerou-se pertinente trabalhar com essas duas dimensões mais gerais (Positiva e Negativa), em vez das seis dimensões mais específicas.

Nesses casos, os valores do coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* evidenciam uma boa consistência interna, nomeadamente  $\alpha=0,837$  para o conjunto das dimensões positivas e  $\alpha=0,824$  para o conjunto das dimensões negativas.

Atendendo à análise das médias das diferentes dimensões e do instrumento total, estas poderiam oscilar entre 1- “*nada verdadeira*” a 4 - “*muito verdadeira*”, isto é, ao longo do questionário o participante deveria responder com base no grau de concordância que sente com cada item. Assim, médias mais altas para uma determinada dimensão (calculada através da média de todos os itens que compõem a dimensão em análise), evidenciam, um maior recurso a práticas parentais relacionadas com essa dimensão, ao passo que médias mais baixas, iriam demonstrar que o recurso a práticas parentais que se relacionem com determinadas dimensões é menor.

Neste sentido, é possível perceber que as médias mais elevadas se situam entre as dimensões mais positivas da parentalidade ( $M > 3$ ), evidenciando uma tendência dos participantes para percecionarem as suas práticas parentais como predominantemente positivas, com principal destaque para a dimensão de Apoio à Autonomia ( $M=3,74$ ;  $DP=0,34$ ) que regista a média mais elevada. Relativamente às três dimensões com conotação negativa, as médias são mais baixas, evidenciando que os participantes não recorrem tanto a este tipo de práticas, sendo que a média da dimensão do Caos regista a média mais baixa de todas as dimensões avaliadas por este instrumento ( $M=1,66$ ;  $DP=0,49$ ). Finalmente, a média global das dimensões é de  $M=2,80$  com  $DP =0,20$ .

### 6.1.2 Percepção dos participantes sobre as estratégias parentais que os seus pais utilizavam para consigo próprios durante a sua infância e juventude

Procurando caracterizar a percepção que os participantes têm acerca das práticas parentais que os seus pais utilizavam para consigo, aquando da infância dos participantes, procedeu-se à análise descritiva e à análise da consistência interna do *Parents as Social Context Questionnaire* (PASCQ) na forma Filhos (Tabela 3).

**Tabela 3:**

*Análise Descritiva das Dimensões PASCQ - Forma Filhos (N=478)*

	Min.	Max.	M	DP	$\alpha$ Chronbach
Dimensão Afeto	1,00	4,00	2,88	0,77	0,924
Dimensão Estrutura	1,00	4,00	2,89	0,73	0,884
Dimensão Apoio à Autonomia	1,00	4,00	2,77	0,83	0,929
Dimensão Rejeição	1,00	4,00	1,76	0,77	0,916
Dimensão Caos	1,00	4,00	1,78	0,68	0,864
Dimensão Coerção	1,00	4,00	2,57	0,83	0,907
Dimensões Positivas	1,00	4,00	2,85	0,74	0,967
Dimensões Negativas	1,00	4,00	2,03	0,68	0,951
PASCQ-Filhos Total	1,88	3,13	2,44	0,18	0,389

Analisando as médias do instrumento total e das diferentes dimensões que o compõem, que poderiam variar entre 1- “*nada verdadeira*” a 4 - “*muito verdadeira*”, é possível perceber que estas são relativamente mais baixas que as médias da versão anterior do instrumento, variando entre  $M=1,76$  ( $DP=0,77$ ) para a dimensão Rejeição e  $M= 2,89$  ( $DP=0,73$ ) para a dimensão Estrutura, apresentando uma média global de  $M= 2,44$  ( $DP=0,18$ ).

No que diz respeito à consistência interna da escala global, avaliada pelo coeficiente de *Alpha* de *Cronbach*, apresenta-se um valor relativamente baixo ( $\alpha=0,389$ )

considerado inaceitável segundo George e Mallery (2019). Contudo, analisando o coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* para cada uma das dimensões do questionário podemos perceber que os valores são bastante satisfatórios, oscilando entre  $\alpha=0,884$  para a dimensão da Estrutura, e  $\alpha=0,929$  para a dimensão do Apoio à Autonomia. Relativamente aos conjuntos das dimensões positivas e negativas, estes apresentam-se também bastante elevados, nomeadamente  $\alpha=0,967$  e  $\alpha=0,951$ , respetivamente.

### **6.1.3 Relação entre a percepção das práticas parentais utilizadas pelos participantes com os seus filhos/filhas e a percepção que estes têm das práticas utilizadas anteriormente pelos seus pais consigo próprios**

É possível compreender a existência de uma correlação positiva fraca ( $\rho=0,230$ ;  $p<0,01$ ), estatisticamente significativa entre as respostas ao PASCQ- na forma Pais e as respostas ao PASCQ- na forma Filhos (ver Anexo F, Tabela F1).

Averiguada a existência de uma relação entre as duas variáveis, procurou-se compreender o tipo de relação existente entre a percepção que os participantes têm acerca das práticas parentais utilizadas pelos seus pais aquando da sua infância, e a percepção que têm acerca das práticas parentais que empregam atualmente com os seus filhos, considerou-se pertinente realizar uma Correlação Bivariada através do Coeficiente de *Spearman* entre as dimensões positivas e negativas de ambas as formas do PASCQ (ver Anexo F, Tabela F2).

Assim, foi possível observar que existe uma correlação positiva fraca estatisticamente significativa ( $\rho=0,237$ ;  $p<0,01$ ), entre as dimensões positivas do PASCQ- na forma Pais e as mesmas dimensões no PASCQ - na forma Filhos; existe uma correlação positiva fraca estatisticamente significativa ( $\rho=0,232$ ;  $p<0,01$ ) entre as dimensões negativas do PASCQ- na forma Pais e as mesmas dimensões do PASCQ - na forma Filhos; existe uma correlação negativa fraca estatisticamente significativa ( $\rho=-0,175$ ;  $p<0,01$ ) entre as dimensões negativas do PASCQ- na forma Pais e as dimensões positivas do PASCQ - na forma Filhos; finalmente, existe uma correlação negativa fraca estatisticamente significativa ( $\rho=-0,143$ ;  $p<0,01$ ) entre as respostas às dimensões

positivas do PASCQ- na forma Pais e as dimensões negativas na PASCQ - na forma Filhos.

Atendendo a estes resultados, e uma vez que o presente estudo procura focar-se na dimensão de Estrutura, procurou-se seguidamente avaliar a relação existente entre as dimensões específicas de Estrutura e de Caos em ambas as formas do PASCQ. Para tal, realizou-se novamente uma Correlação Bivariada através do Coeficiente de *Spearman* entre as dimensões de Estrutura e Caos dos instrumentos PASCQ - na forma Pais e PASCQ - na forma Filhos (Ver Anexo F, Tabela F3).

Atendendo especificamente às dimensões da Estrutura e do Caos, foi possível compreender que existe uma correlação positiva fraca estatisticamente significativa ( $\rho=0,130$ ;  $p<0,01$ ) entre a dimensão da Estrutura na PASCQ- na forma Pais e a dimensão da Estrutura na PASCQ - na forma Filhos; existe uma correlação positiva fraca estatisticamente significativa ( $\rho=0,193$ ;  $p<0,01$ ) entre a dimensão do Caos no PASCQ- na forma Pais e a dimensão do Caos no PASCQ - na forma Filhos. Observou-se ainda que a correlação entre a dimensão da Estrutura na forma Filhos, e a dimensão Caos na forma Pais, não é estatisticamente significativa ( $p=0,057$ ;  $p>0,01$ ), tal como não o é a correlação entre a dimensão Caos na forma Filhos, e a dimensão de Estrutura na forma Pais ( $p=0,115$ ;  $p>0,01$ ).

#### 6.1.4. Avaliar as competências de regulação emocional dos participantes

Com o objetivo de caracterizar a capacidade de Regulação Emocional dos participantes, procedeu-se à análise descritiva da *Difficulties in Emotion Regulation Scale* na sua versão reduzida (DERS-18) e respetivas dimensões, bem como à análise da sua consistência interna (Tabela 4).

#### Tabela 4:

*Análise Descritiva das Dimensões DERS-18 (N=478)*

Min.	Max.	M	DP	$\alpha$ Chronbach
------	------	---	----	--------------------

Dimensão Estratégias	1,00	4,67	1,74	0,67	0,718
Dimensão Objetivos	1,00	5,00	2,29	0,87	0,845
Dimensão Clareza	1,00	4,33	1,58	0,61	0,766
Dimensão Consciência	1,00	5,00	3,75	0,97	0,759
Dimensão Não Aceitação	1,00	5,00	2,00	0,86	0,779
Dimensão Impulsos	1,00	5,00	1,48	0,66	0,868
DERS Total	1,00	3,94	1,89	0,53	0,820

A consistência interna global da escala parece bastante satisfatória, atendendo ao coeficiente de *Alpha* de *Cronbach* de  $\alpha=0,820$ , o mesmo se verifica para os alfas de cada uma das dimensões da escala, que variam entre  $\alpha=0,718$  para a dimensão Estratégias e  $\alpha=0,868$  para a dimensão Impulsos.

No que respeita a análise das médias, que podiam variar entre 1 - “*quase nunca*” e 5 - “*Quase sempre*”, verifica-se que a média total é de  $M=1,89$  ( $DP=0,53$ ) o que evidencia que a amostra em estudo não aparenta dificuldades ao nível da regulação emocional, uma vez que valores mais baixos na escala correspondem a uma maior capacidade de Regulação Emocional. Atendendo às médias das dimensões que compõem a escala, é possível observar que a média mais elevada é  $M=3,75$  ( $DP=0,97$ ) correspondendo à dimensão Consciência, isto acontece uma vez que os itens desta dimensão são cotados de forma inversa, ou seja, um valor mais elevado nesta dimensão evidencia uma maior capacidade de regulação emocional.

### **6.2.1 Relação entre as práticas parentais usadas, no presente, pelos pais e as suas competências de regulação emocional**

De modo a avaliar a existência de uma relação significativa entre a perceção que os indivíduos têm acerca das suas práticas parentais na relação com os seus filhos, expressas através do PASCQ - na forma Pais, e a sua capacidade de regulação emocional, recorreu-se novamente a uma Correlação Bivariada, através do Coeficiente de *Spearman*, entre o PASCQ- na forma Pais e a DERS-18 (Tabela 5).

**Tabela 5:***Correlações de Spearman entre a PASCQ (Pais) e a DERS (N=478)*

Variáveis	1	2
1.PASCQ_Pais	-	
2.DERS	,255*	-

\* $p < 0,01$ 

Desta análise é possível compreender que existe uma correlação positiva fraca estatisticamente significativa ( $\rho = 0,255$ ;  $p < 0,01$ ) entre as respostas dadas na DERS-18 e as respostas dadas ao PASCQ - na forma Pais.

Atendendo aos resultados anteriores, considerou-se pertinente compreender de que forma se relacionam as práticas parentais expressas no PASCQ- na forma Pais, e a capacidade de regulação emocional expressa na DERS-18, para tal, realizou-se também uma Correlação Bivariada, através da Correlação de *Spearman* entre as dimensões positivas e negativas do PASCQ - na forma Pais, e a DERS-18 (Tabela 6).

**Tabela 6:***Correlações de Spearman entre as dimensões do PASCQ (Pais) e a DERS-18 (N=478)*

Variáveis	1	2	3
1. DERS	-		
2. PositivasPais	-,345*	-	
3. NegativasPais	,536*	-,473*	-

\* $p < 0,01$ 

Desta análise, é possível compreender a existência de uma correlação negativa moderada estatisticamente significativa ( $\rho = -0,345$ ;  $p < 0,01$ ) entre as dimensões positivas do PASCQ- na forma Pais, e a DERS-18; e a existência de uma correlação positiva forte

estatisticamente significativa ( $\rho=0,536$ ;  $p<0,01$ ) entre as dimensões negativas do PASCQ- na forma Pais, e a DERS-18.

Finalmente, e de modo a compreender de que forma as Dificuldades de Regulação Emocional avaliadas pela DERS-18 se relacionam / influenciam a percepção dos participantes sobre as suas práticas que providenciaram Estrutura ou Caos na relação com os seus filhos, realizou-se novamente uma Correlação Bivariada com recurso ao Coeficiente de *Spearman* entre a as duas dimensões (Estrutura e Caos) do PASCQ- na forma Pais, e a DERS-18 (Tabela 7).

**Tabela 7**

*Correlações de Spearman entre a Estrutura e Caos do PASCQ (Pais) e a DERS-18 (N=478)*

Variáveis	1	2	3
1.DERS	-		
2.EstruturaPais	-,135*	-	
3. CaosPais	,470*	-,292*	-

\* $p<0,01$

Podemos assim observar a existência de uma correlação negativa fraca estatisticamente significativa ( $\rho=-0,135$ ;  $p<0,01$ ) entre a dimensão de Estrutura do PASCQ- na forma Pais, e a DERS-18, bem como a existência de uma correlação positiva moderada estatisticamente significativa ( $\rho=0,470$ ;  $p<0,01$ ) entre a dimensão do Caos do PASCQ- na forma Pais, e a DERS-18.

## 7. Discussão

Procuraremos de seguida discutir os resultados obtidos à luz da literatura existente sobre a temática da parentalidade e da transmissão intergeracional das práticas parentais, articulando-os com os objetivos estabelecidos inicialmente para este estudo.

Atendendo ao primeiro objetivo da nossa investigação - *avaliar a percepção dos participantes do nosso estudo sobre as estratégias parentais que utilizam na relação com os seus filhos* - os resultados do presente estudo evidenciam que os participantes percebem que usam mais práticas parentais positivas na relação com os seus filhos do que práticas negativas, acabando por apresentar médias mais elevadas para o Afeto, Apoio à Autonomia e Estrutura, dimensões positivas da parentalidade, do que para a Rejeição, Coerção e Caos, dimensões negativas.

A capacidade de provisão de Estrutura dos participantes, que nos propomos a avaliar como dimensão da parentalidade central do nosso estudo, foi avaliada na Forma Pais do *Parents as Social Context Questionnaire* (Skinner, et al., 1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) com base em seis itens, nos quais era pedido aos pais que avaliassem, por exemplo, as afirmações “*Eu tenho a expectativa que a minha filha siga as nossas regras familiares*” e “*Quando castigo o meu filho, explico sempre o porquê de o fazer*”, que procuram recolher informação sobre a percepção que os participantes têm acerca da sua prática de fornecer aos seus filhos um feedback sobre o seu comportamento, explicitando aquilo que é esperado e os motivos pelos quais devem agir de determinada forma, isto é, transmitindo diretrizes claras e informação relevante sobre a relação entre as ações da criança e as consequências esperadas (Barber, 1997; Baumrind, 1966, 1997; Griffith & Grolnick, 2013; Grolnick, 2012; Grolnick & Pomerantz, 2009).

Não podemos, nesta investigação, estudar a capacidade de provisão de Estrutura dos participantes, sem fazer referência à dimensão do Caos, ainda que estejamos conscientes de que a dimensão da Estrutura e a dimensão do Caos não são duas dimensões mutuamente exclusivas, isto é, que a presença de uma parentalidade marcada por uma destas dimensões, não inviabiliza a presença da outra dimensão na relação dos pais/participantes com os seus filhos (Skinner, et al., 2005). Assim, avaliou-se a dimensão do Caos, pedindo que os participantes avaliassem afirmações como “*Quando eu meu filho arranja problemas a minha reação é imprevisível*” ou “*Eu posso zangar-me com o meu filho inesperadamente*”; procuram avaliar a percepção dos participantes sobre sua própria incapacidade de providenciar um ambiente estruturado, organizando e orientando o comportamento dos seus filhos, deixando-o na incerteza de como agir, e daquilo que

podem esperar dos seus pais e de um modo mais lato, do mundo que os rodeia (Griffith & Grolnick, 2013; Grolnick & Ryan, 1989; Grolnick et al., 2014).

Os resultados do nosso estudo mostraram médias elevadas para as práticas parentais associadas à provisão de Estrutura, bem como médias relativamente baixas para as práticas associadas à dimensão do Caos. Estes resultados mostram-nos que os participantes tendem a adotar práticas promotoras de Estrutura, e a evitar o uso de práticas Caóticas, levam-nos a considerar que os participantes do nosso estudo percecionam ser capazes de providenciar um contexto estruturado, de orientar o comportamento dos seus filhos e muni-los de um sentimento de competência sobre a forma como devem agir no mundo, evitando práticas que gerem um ambiente instável e inesperado, que deixem os seus filhos na incerteza de como agir, ou que permitam deliberadamente comportamentos que vão contra as regras familiares (Grolnick, 2012; Grolnick & Pomerantz, 2009).

Ora estes resultados vão ao encontro daquilo que se verificou em estudos anteriores (e.g. Rebecka, et al., 2020), e daquilo que esperávamos encontrar dadas as características da amostra, uma vez que sabíamos à priori que a nossa amostra era essencialmente composta por participantes de nível socioeconómico médio ou alto, pelo próprio método de recolha de dados que excluiu á partida pessoas sem acesso à internet e a dispositivos digitais; sabemos assim pela literatura que isso é indicador de maior conhecimento sobre as estratégias mais adequadas na socialização das crianças e de um maior recurso a práticas parentais positivas (Hoff & Laursen, 2013). Pensamos que estes dados podem ser também o reflexo dos cada vez mais presentes programas de treino parental e de sensibilização crescente para as necessidades das crianças.

Não podemos deixar de considerar estas descobertas como bastante satisfatórias, se pensarmos que valores elevados para as dimensões positivas da parentalidade avaliadas neste estudo - Afeto, Estrutura e Apoio à Autonomia - se relacionam com uma parentalidade que melhor promove o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças bem como com uma maior eficácia dos pais participantes na relação com os seus filhos e na regulação das suas necessidades psicológicas (Ryan & Deci, 2000; Skinner, et al., 2005).

Concretamente, este aparente recurso frequente a práticas parentais promotoras de Estrutura e o pouco recurso a práticas parentais promotoras de um ambiente Caótico acabam por regular em certa medida a necessidade de Competência que a criança tem, pois tendo indicações coerentes de como agir no mundo, e tendo conhecimento das consequências esperadas para os seus atos, daquilo que deve fazer para evitar desfechos indesejados, a criança sentirá que tem algum controlo sobre aquilo que lhe acontece, irá desenvolver um sentimento muito mais forte de Competência e de agencia sobre o mundo, mas também de autoconfiança e autoeficácia para atingir os seus objetivos e capacidade de resolver problemas (Buckley, et al., 2003; Masten & Coatsworth, 1998) E não só a criança é responsável sobre a forma ativa como age no mundo, como o mundo - na figura dos pais / cuidadores - deve ser adequado e oferecer as condições necessárias para que a criança se sinta competente nele. É neste sentido que a provisão de Estrutura por parte dos pais assume uma tão grande importância.

Quanto ao segundo objetivo do nosso estudo- *avaliar a perceção que têm sobre as estratégias parentais que os seus pais utilizavam para consigo próprios durante a sua infância e juventude*- os resultados expressos através das médias para as diferentes dimensões avaliadas no *Parents as Social Context Questionnaire* - na Forma Filhos (Skinner, et al.,1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) evidenciam que os participantes percecionam que, aquando da sua infância, os seus pais recorriam mais frequentemente ao uso de práticas parentais positivas, relacionadas com as dimensões de Afeto, Estrutura e Apoio à Autonomia, do que a práticas parentais negativas, relacionadas com as dimensões de Rejeição e de Caos, indo ao encontro daquilo que esperávamos encontrar. No entanto, uma descoberta interessante nestes dados, remete para a média relativamente mais elevada (acima do ponto médio da escala) encontrada nas práticas parentais relacionadas com a dimensão de Coerção, que por ser uma dimensão também negativa, esperávamos que tivesse uma média mais próxima das restantes dimensões negativas, o que não se verificou.

Estando a trabalhar sobre a dimensão da Estrutura, este resultado desperta o nosso interesse, uma vez que o conceito da Coerção remete de alguma forma para uma tentativa dos pais de exercerem algum controlo sobre os seus filhos (Skinner, et al., 2005), apesar de estarem hoje em dia bem definidos, sabemos que historicamente, no contexto da

parentalidade, os conceitos de “controle” e de “provisão de estrutura” se entrelaçaram sendo, difícil delinear os limites de cada conceito. Assim sendo, consideramos que os pais dos participantes podem ter recorrido a práticas parentais coercivas, por considerarem que estavam, de alguma forma, a orientar o comportamento dos seus filhos, tal como esperamos na provisão de estrutura.

Observando então a dimensão de Estrutura, em foco neste estudo, avaliada através do *Parents as Social Context Questionnaire* - na Forma Filhos (Skinner, et al.,1986; versão portuguesa de Sá, et al., 2021) através de itens onde era pedido aos participantes que avaliassem afirmações como “*Quando eu queria fazer alguma coisa os meus pais mostravam-me como se faz*” e “*Os meus pais mantinham as suas promessas*”, encontramos uma média satisfatória, ainda que não muito elevada levando-nos a concluir que os participantes tendem a considerar que os seus pais foram capazes de adotar algumas práticas parentais promotoras de Estrutura, ou seja, consideram, aquando da sua infância, ter tido um contexto parental que seria facilitador do desenvolvimento da sua autorregulação comportamental e promotor de um sentido de competência e agência sobre o mundo, promovendo a regulação da sua necessidade de Competência (Grolnick, 2012; Grolnick & Pomerantz, 2009; Masten & Coatsworth, 1998).

Estes resultados para a dimensão da Estrutura são particularmente interessantes se os articularmos com a média surpreendentemente elevada na dimensão da Coerção, onde os participantes expressam, por exemplo, que “*A única razão que os meus pais davam era: “Porque eu digo”*” (item 47 do PASCQ - Forma Filhos), pois sabemos que a Coerção é uma dimensão característica do estilo parental autoritário, que confere aos pais autoridade total sobre as crianças (Baumrind, 1966, 1997), podendo “colidir” com alguns aspetos fundamentais da provisão de estrutura, nomeadamente a capacidade de explicar à criança os motivos pelos quais as crianças devem agir de determinada forma, ou o fornecimento de um feedback sobre o comportamento da criança, podendo talvez explicar a proximidade verificada entre as médias para a Coerção e para a provisão de Estrutura

Curiosamente, os resultados demonstram que os participantes parecem perceber de forma mais negativa as práticas parentais dos seus pais, em comparação com as suas próprias práticas parentais empregues na atualidade na relação com os seus

filhos, de acordo com o as médias encontradas, geralmente mais baixas nas dimensões positivas do instrumento na forma Filhos, em comparação com as suas respostas ao questionário na forma Pais. No entanto estas diferenças não se mostraram significativas.

No que diz respeito ao terceiro objetivo do nosso estudo - “*avaliar se existe e qual a relação entre a percepção das práticas parentais utilizadas pelos participantes com os seus filhos/filhas e a percepção que estes têm das práticas utilizadas anteriormente pelos seus pais consigo próprios*”- esperávamos que os resultados do presente estudo fossem congruentes com a literatura consultada sobre o fenómeno da Intergeracionalidade das práticas parentais (e.g.: Belsky, 1984; Belsky, et al., 2009; Conger, et al., 2012; De Carli, et al., 2018), isto é, que as práticas dos pais dos participantes se relacionassem com as práticas parentais dos próprios participantes. Contudo, analisando os resultados obtidos quer nas correlações realizadas entre as duas formas do *Parents as Social Context Questionnaire* (PASCQ), a Forma Pais e a Forma Filhos, quer entre as dimensões positivas e negativas de ambos os questionários, não nos permitiam chegar a essa conclusão.

Ainda que existam algumas correlações estatisticamente significativas que encontrámos no sentido da intergeracionalidade, estas são indicadoras de uma fraca relação entre as práticas parentais das duas gerações (Pallant, 2005) do modo como foram avaliadas pelos questionários utilizados. Assim, as práticas parentais utilizadas pelos participantes do nosso estudo na relação com os seus filhos, deverão ser determinadas não pelas práticas parentais dos seus pais, mas por outros fatores.

Sendo os estudos anteriores tão congruentes naquilo que diz respeito à intergeracionalidade das práticas parentais, não podemos deixar de pôr em causa o próprio desenho do nosso estudo e a sua possível influência nos resultados obtidos. Isto é, estando a medir apenas a percepção que os participantes têm das práticas parentais que utilizam na relação com os seus filhos, estamos sujeitos à visão subjetiva dos participantes impressa nas respostas aos questionários, e não às práticas parentais objetivamente utilizadas tanto pelos participantes como pelos seus pais aquando da sua infância.

Mais do que isso, apesar de utilizarmos duas formas do mesmo questionário PASCQ, importa salvaguardar que as medidas em estudo não são as mesmas, se na Forma

Pais estamos a medir a perceção dos participantes sobre as suas práticas parentais atuais, recolhendo o seu autorrelato o mesmo não se pode dizer acerca do questionário que utilizamos na Forma Filhos, que recolhe um autorrelato da experiência distal dos participantes sobre as práticas parentais empregues pelos seus pais.

Apesar de reconhecermos que este aspeto pode ter representado uma limitação ao nosso estudo por outro lado, teorizamos a possível interferência nos nossos dados de alguns fatores que possam ter quebrado a continuidade intergeracional das práticas parentais na nossa amostra, nomeadamente a possível influência de outros adultos significativos na infância dos participantes, que possam ter assumido este papel parental; a influência do estilo parental do cônjuge, que acaba por moldar as práticas parentais dos participantes; a passagem dos indivíduos por um possível processo terapêutico prévio, entre outros (Belsky, et al., 2005; Belsky, et al., 2009; Schofield, et al., 2009). Em última instância, colocamos a hipótese de existirem variáveis que exercem maior influência na forma como os indivíduos se relacionam na atualidade com os seus filhos, do que a experiência precoce desses indivíduos na relação com os seus pais, sendo uma delas, a sua capacidade de Regulação Emocional.

Em relação ao quarto objetivo do nosso estudo - “*Avaliar as competências de regulação emocional dos participantes*” - verificámos através das médias consideravelmente baixas para as diferentes dimensões da *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (DERS-18; Gratz & Roemer, 2004; Kaufman et al., 2016; versão portuguesa por Fernandes, et al., 2019) que os participantes relatam poucas dificuldades ao nível da sua capacidade de regulação emocional, quer isto dizer que, à semelhança daquilo que esperávamos, os indivíduos parecem não apresentar dificuldades acentuadas ao nível da aceitação e compreensão dos seus diferentes estados emocionais, considerando que são capazes de adotar estratégias que lhes permitam agir no sentido da realização dos seus objetivos e do controlo de impulsos mesmo na presença de estados emocionais negativos (Gratz & Roemer, 2004; Kaufman et al., 2016).

No contexto da parentalidade, estes dados são bastante positivos, uma vez que a capacidade de regulação emocional é o processo central através do qual os indivíduos são capazes de gerir as suas respostas emocionais, adaptando-as à situação em que se

encontram, organizando o seu comportamento na relação com os seus filhos adotando práticas parentais mais ponderadas, menos impulsivas e mais adequadas (Carreras, et al., 2019; Dix, 1991).

Quanto ao quinto e último objetivo do nosso estudo - “*Avaliar se existe e qual a relação entre as práticas parentais usadas, no presente, pelos pais e as suas competências de regulação emocional*”, podemos concluir que as práticas parentais utilizadas pelos participantes e a sua capacidade de regulação emocional estão fracamente relacionadas, tendo por base o resultado da correlação encontrada entre as respostas do *Parents as Social Context Questionnaire* na forma Pais (PASCQ-Forma Pais) e da *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (DERS-18), pois apesar de significativa trata-se de uma relação fraca.

No entanto, a correlação encontrada entre a *Difficulties of Emotion Regulation Scale* (DERS-18) e as dimensões positivas do *Parents as Social Context Questionnaire* na Forma Pais, percebemos que existe uma relação moderada entre a dificuldade de regulação emocional dos participantes e o recurso a práticas parentais positivas na relação com os seus filhos. Assim, os participantes que relataram menores dificuldades na regulação emocional, acabam por relatar usar mais práticas parentais positivas, possivelmente por serem capazes de recorrer a mecanismos que permitam moldar as suas respostas emocionais, tornando-as situacionalmente adequadas á relação com a criança, confirmando aquilo que era esperado encontrar com base na literatura (Gratz & Roemer, 2004; Shaw & Starr, 2019).

Por outro lado, os resultados do presente estudo evidenciam uma relação entre as dificuldades de regulação emocional e a adoção de práticas parentais negativas como é atestado pela correlação positiva forte e estatisticamente significativa entre as dimensões negativas da parentalidade avaliadas pelo PASCQ-Forma Pais e as dificuldades de regulação emocional avaliadas pela DERS-18, confirmando aquilo que esperávamos encontrar.

Se por um lado a capacidade de regulação emocional promove práticas parentais mais adequadas para a socialização das crianças, por outro lado, e tendo o apoio dos resultados do nosso estudo, teorizamos que dificuldades na regulação emocional podem

estar associadas a um maior distress psicológico e a uma maior dificuldade no controle de comportamentos e reações impulsivas a determinados estados emocionais, tal como é proposto, por exemplo, por Carreras, et al., 2019, levando a que dificuldades na regulação emocional dos indivíduos estejam frequentemente associadas a práticas parentais mais punitivas. Isto porque quando o indivíduo se encontra numa situação emocionalmente desafiante que não consegue regular, acaba por adotar mecanismos que lhe permitam escapar rapidamente do distress que sente acabando por gritar, ser impulsivo ou adotar práticas mais negativas para com a criança (Shaw & Starr, 2019).

Quando analisamos especificamente a forma como a dificuldade que os participantes sentem ao nível da sua capacidade de regulação emocional se relaciona com a perceção que estes têm acerca da utilização de práticas parentais relacionadas com as dimensões de Estrutura e Caos na relação com os seus filhos, podemos concluir que a dificuldade de regulação emocional tem bastante influência no recurso a práticas parentais relacionadas com a dimensão do Caos, como é suportado pela correlação positiva, estatisticamente significativa, moderada encontrada entre a dimensão de Caos na forma Pais do PASCQ e a DERS-18.

Sabemos que as dificuldades na regulação emocional são caracterizadas por uma maior dificuldade em compreender e aceitar os diferentes estados emocionais, regular o próprio comportamento, e em encontrar mecanismos que permitam ao indivíduo agir de forma ponderada no sentido de alcançar os seus objetivos, adaptando as suas respostas emocionais às exigências situacionais, por isso, é fundamental entender as implicações dessas características na relação com as crianças (Hallion, et al., 2018). Parece-nos assim que as características/consequências de uma acentuada dificuldade ao nível da regulação emocional são muito próximas das características de uma parentalidade associada à dimensão do Caos, por ambos promoverem na relação com os seus filhos um ambiente de incerteza promotor de comportamentos e respostas impulsivas que em última instância irá minar a satisfação da necessidade de Competência e a capacidade de autorregulação emocional e comportamental da criança (Carreras, et al., 2019; Grolnick & Ryan, 1989) o que pode justificar a relação existente entre o Caos e as dificuldades de regulação emocional.

Ao analisar os resultados obtidos neste estudo, ponderamos, tal como proposto pelo trabalho de Shaw e Starr (2019) que a própria dificuldade de regulação emocional pode ser em certa medida transmitida de forma intergeracional, hipótese que poderia ser importante explorar em estudos futuros. Isto porque uma parentalidade marcada por práticas parentais negativas, associadas a uma maior dificuldade de regulação emocional dos pais, poderá levar a criança a suprimir emoções com as quais não é capaz de lidar em vez de aprender a regulá-las na relação com os seus pais, criando na criança um sentimento de impotência, relacionando-se de forma negativa com a regulação da necessidade psicológica de Competência e levando, por sua vez, a que a criança sinta dificuldades na sua regulação emocional (Morris, et al., 2007; Shaw & Starr, 2019).

## **8. Conclusões**

O presente estudo quantitativo permitiu avaliar a forma como os participantes enquanto agentes primários de socialização percebem que interagem com os seus filhos bem como avaliar empiricamente 2 aspetos que se postulam influenciar essa interação - as percepções dos participantes das práticas parentais na relação com os seus próprios pais e a sua capacidade de regulação emocional.

Assim sendo, com base nesta amostra foi-nos possível compreender de que forma os pais e as mães interagem com os seus filhos, sendo capazes de adotar na relação com os seus filhos uma série de práticas promotoras de Estrutura. Através da percepção dos participantes sobre práticas parentais empregues, acreditamos que os participantes são capazes de promover a regulação das Necessidades Psicológicas Básicas dos seus filhos, com principal destaque para a satisfação da necessidade de Competência, e com base nos resultados, consideramos também as práticas parentais empregues pelos pais dos participantes no passado como promotoras da regulação das Necessidades Psicológicas Básicas dos participantes.

Finalmente, a capacidade de regulação emocional dos pais revelou-se um fator importante para uma adequada socialização dos seus filhos, na medida em que permite respostas emocionais e comportamentais mais adequadas às necessidades das crianças,

nomeadamente naquilo que respeita à sua influência na capacidade de provisão de Estrutura.

Vimos anteriormente que o recurso a um processo terapêutico eficaz pode ser a chave para quebrar a continuidade das práticas parentais negativas, e é nesse sentido que estas conclusões têm particular importância na prática da psicologia. Compreendendo as práticas parentais que melhor satisfazem as necessidades psicológicas das crianças, concretamente no que respeita à capacidade de os pais e mães providenciarem um ambiente estruturado, promotor de um sentido de Competência é possível intervir junto dos pais e cuidadores, quebrando a continuidade na transmissão de práticas parentais ambíguas e que geram um ambiente caótico e incerto. Munindo os pais e mães dos conhecimentos e mecanismos necessários para que sejam capazes de organizar o comportamento das crianças, estabelecendo regras claras e consequências esperadas para os comportamentos, fornecer um feedback adequando sobre aquilo que é esperado da criança, mas também para que sejam capazes de regular as suas próprias emoções e o seu próprio comportamento de tal forma que consigam ser um exemplo visível para a criança, permitindo-lhe, mesmo na ausência de uma socialização ativa, desenvolver as competências e estratégias de autorregulação comportamental e emocional necessárias.

Acreditamos que com o desenvolvimento destas competências a criança seja também no futuro, capaz de providenciar aos seus próprios filhos, um ambiente regulado e estruturado, promotor de um sentimento de Competência, e de bem-estar. Este será um aspeto muito interessante e que nos interessaria investigar em estudos futuros.

### ***8.1 Limites do presente estudo e sugestões para estudos futuros***

Apontamos como primeiro e principal limite à nossa investigação o facto de este estudo não avaliar de forma direta quer as práticas parentais empregues, tanto pelos participantes na relação com os seus filhos, como as práticas parentais empregues pelos pais dos participantes aquando da sua infância. Assim as conclusões do estudo estão limitadas apenas à percepção que os participantes têm acerca dessas mesmas práticas, percepção essa que nunca é isenta de subjetividade e que coloca a questão da desejabilidade

social. Os participantes podem, intencionalmente ou não, enaltecer ou depreciar tanto as suas práticas parentais utilizadas na atualidade, como as práticas que os seus pais utilizaram na relação consigo na sua infância. Neste último caso coloca-se ainda de forma mais premente a questão da memória ( sempre reconstruída) que o participante tem de um passado que pode ser já distante.

Uma limitação deste estudo é a forma como os instrumentos foram apresentados aos participantes. Apesar de, individualmente, não serem questionários extensos, no conjunto dos quatro instrumentos, o tempo de resposta acaba por ser relativamente prolongado e alguns participantes acabaram por não completar o último ou os dois últimos questionários, colocando a questão da fadiga nas respostas. Em estudos futuros, talvez fosse importante alterar a ordem pela qual os instrumentos são apresentados.

Uma outra limitação que encontramos neste estudo é o facto de existir um número largamente superior de mães a responder aos instrumentos, em comparação com o número de pais. Uma vez que a amostra foi recolhida através do método “bola de neve” em que os participantes partilhariam o *link* de acesso com um conjunto de pais que repetiriam o processo sucessivamente, não deixa de ser interessante compreender como os instrumentos acabaram por chegar em maior número a mães do que a pais, talvez confirmando a crença popular da mãe como principal responsável pela educação da criança, contudo, não deixa de representar uma limitação para o nosso estudo.

Assim sendo, uma outra sugestão para estudos futuros poderia passar, não por avaliar a intergeracionalidade das práticas parentais propriamente ditas, mas antes a transmissão intergeracional daquilo que as influencia. Isto é, atendendo aos resultados do nosso estudo e à forma como a capacidade/dificuldade ao nível da regulação emocional pode influenciar as práticas parentais utilizadas pelos indivíduos na relação com os seus filhos, poderia ser interessante avaliar a forma como esta capacidade de regulação emocional é transmitida de pais para filhos.

A realização desta investigação levantou-nos algumas questões éticas. Em primeiro lugar, apesar das vantagens que a recolha de dados em formato *online* tem associadas, especialmente neste período pandémico, ela levanta inequivocamente a questão da acessibilidade, pois ainda existem pessoas sem acesso ou literacia digital.

Em segundo lugar, também algumas preocupações éticas associadas ao próprio objetivo do estudo pois estamos a colocar os participantes numa posição de “juízes” daquilo que foram as práticas que os seus pais tiveram para consigo na sua infância e este facto poderá gerar algum desconforto nos participantes ou nas suas relações, que não desejamos. No entanto, e por outro lado, desejamos que a participação neste estudo, possa ter permitido aos pais participantes tomar consciência das suas práticas parentais, podendo levá-los a refletir sobre elas e assim “melhorar” o seu papel enquanto cuidadores e promotores de bem-estar para os seus filhos.

## ***Referências Bibliográficas:***

- Ainsworth, M. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist*, 44(4), 709.
- Baldwin, A. L., Kalhorn, J., & Breese, F. H. (1945). Patterns of parent behavior. *Psychological Monographs*, 58(3), i
- Barber, B. K. (1996). Parental psychological control: Revisiting a neglected construct. *Child development*, 67(6), 3296-3319
- Barber, B. K. (1997). Introduction to adolescent socialization in context—The role of connection, regulation, and autonomy in the family. *Journal of Adolescent Research*, 12, 5–11.
- Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological bulletin*, 117(3), 497.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37(4), 887.
- Baumrind, D. (1970). Socialization and instrumental competence in young children. *Young Children*, 104-119.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental psychology*, 4 (1, Pt. 2).
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: Contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2(4), 321-335.

- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child development*, 83-96.
- Belsky, J., Conger, R., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: introduction to the special section. *Developmental psychology*, 45(5), 1201.
- Belsky, J., Jaffee, S. R., Sligo, J., Woodward, L., & Silva, P. A. (2005). Intergenerational Transmission of Warm-Sensitive-Stimulating Parenting: A Prospective Study of Mothers and Fathers of 3-Year-Olds. *Child Development*, 76(2), 384–396.
- Bordman, G. F., Costa, G., Mendes, L. K., de Paula, R. K., Ehrlich, V. C., & de Sousa Michels, M. (2019). O Exercício Da Parentalidade Sob O Olhar Da Terapia Do Esquema E Outras Contribuições Teóricas. *Revista Destaques Acadêmicos*, 11(3).
- Borg-Laufs, M. (2013). Basic Psychological Needs in Childhood and Adolescence. *Journal of Education and Research*, 3(1), 41-51.
- Bornstein, M. H. (2006). Parenting science and practice. In Damon, W & Lerner, R. M. (Eds.) *Handbook of Child Psychology, Vol 4. Child Psychology in Practice* (pp. 896 - 934).
- Bronfenbrenner, U. (1960). Freudian theories of identification and their derivatives. *Child Development*, 15-40.
- Buckley, M., Storino, M., & Saarni, C. (2003). Promoting emotional competence in children and adolescents: Implications for school psychologists. *School Psychology Quarterly*, 18(2), 177.
- Campbell, J., & Gilmore, L. (2007). Intergenerational continuities and discontinuities in parenting styles. *Australian Journal of Psychology*, 59(3), 140-150.
- Carreras, J., Carter, A. S., Heberle, A., Forbes, D., & Gray, S. A. (2019). Emotion regulation and parent distress: Getting at the heart of sensitive parenting among

parents of preschool children experiencing high sociodemographic risk. *Journal of child and family studies*, 28(11), 2953-2962.

Conger, R. D., Schofield, T. J., & Neppl, T. K. (2012). Intergenerational continuity and discontinuity in harsh parenting. *Parenting*, 12(2-3), 222-231

Connell, J. P., & Wellborn, J. G. (1991). Competence, autonomy, and relatedness: A motivational analysis of self-system processes. In M. Gunnar & L. A. Sroufe (Eds.), *Minnesota Symposium on Child Psychology: Vol. 2. Self processes in development* (pp. 43–77). Chicago: University of Chicago Press.

Costa, S., Gugliandolo, M. C., Barberis, N., Cuzzocrea, F., & Liga, F. (2019). Antecedents and consequences of parental psychological control and autonomy support: The role of psychological basic needs. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(4), 1168-1189

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological bulletin*, 113(3), 487.

De Carli, P., Tagini, A., Sarracino, D., Santona, A., Bonalda, V., Cesari, P. E., & Parolin, L. (2018). Like grandparents, like parents: empirical evidence and psychoanalytic thinking on the transmission of parenting styles. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 82(1), 46-70.

Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive processes. *Psychological bulletin*, 110(1), 3.

Dweck, C. S. (2017). From needs to goals and representations: Foundations for a unified theory of motivation, personality, and development. *Psychological review*, 124(6), 689.

George, D., & Mallery, P. (2019). *IBM SPSS statistics 25 step by step: A simple guide and reference*. Routledge

- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. *Journal of psychopathology and behavioral assessment, 26*(1), 41-54.
- Griffith, S. F., & Grolnick, W. S. (2013). Parenting in Caribbean Families. *Journal of Black Psychology, 40*(2), 166–190.
- Grolnick, W. S. (2012). The relations among parental power assertion, control, and structure. *Human Development, 55*(2), 57-64.
- Grolnick, W. S., & Pomerantz, E. M. (2009). Issues and challenges in studying parental control: Toward a new conceptualization. *Child Development Perspectives, 3*(3), 165-170.
- Grolnick, W. S., Raftery-Helmer, J. N., Marbell, K. N., Flamm, E. S., Cardemil, E. V., & Sanchez, M. (2014). Parental provision of structure: Implementation and correlates in three domains. *Merrill-Palmer Quarterly, 60*(3), 355-384.
- Grolnick, W.S., & Ryan, R.M. (1989). Parent styles associated with children's self-regulation and competence in school. *Journal of Educational Psychology, 81*, 143–154.
- Hallion, L. S., Steinman, S. A., Tolin, D. F., & Diefenbach, G. J. (2018). Psychometric properties of the Difficulties in Emotion Regulation Scale (DERS) and its short forms in adults with emotional disorders. *Frontiers in psychology, 9*, 539.
- Hennan, M. R., Dornbusch, S. M., Herron, M. C., & Herting, J. R. (1997). The influence of family regulation, connection, and psychological autonomy on six measures of adolescent functioning. *Journal of Adolescent Research, 12*(1), 34-67.

- Hoff, E. & Laursen, B. (2013). Socioeconomic Status and Parenting. In M., H. Bornstein (Ed.) *Handbook of parenting: Volume 2 Biology and ecology of parenting*. (pp. 421 - 447). Psychology Press.
- Instituto Nacional de Estatística (2010) *Classificação Portuguesa das Profissões* INE
- Kaufman, E. A., Xia, M., Fosco, G., Yaptangco, M., Skidmore, C. R., & Crowell, S. E. (2016). The Difficulties in Emotion Regulation Scale Short Form (DERS-SF): Validation and replication in adolescent and adult samples. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 38(3), 443-455.
- Lopes, R. F. F., Bizinoto, J. F. S., Rodrigues, L. B., & Neufeld, C. B. (2014). Contribuições da escola alemã para a terapia do esquema para crianças. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 10(2), 93-102
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*.: 8ª edição. ReportNumber, Lda.
- Masten, Ann S.; Coatsworth, J. Douglas (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *American Psychologist*, 53(2), 205–220.
- Morris, A. S., Criss, M. M., Silk, J. S., & Houtberg, B. J. (2017). The impact of parenting on emotion regulation during childhood and adolescence. *Child Development Perspectives*, 11(4), 233-238.
- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social development*, 16(2), 361-388.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using IBM SPSS*. Routledge.

- Pinheiro, M., Sá, I. & Fernandes, S. (2019). *Difficulties of Emotion Regulation Scale: Association with emotion regulation strategies and emotional and behavioral problems*. Comunicação apresentada na 35th Annual Conference da Society for Psychotherapy Exploration, Junho, Lisboa, Portugal
- Putallaz, M., Costanzo, P. R., Grimes, C. L., & Sherman, D. M. (1998). Intergenerational continuities and their influences on children's social development. *Social development, 7*(3), 389-427.
- Rebecka, K., Kent, N. W., & Cecilia, Å. (2020). Measuring parental dimensions: A psychometric evaluation of the parents as social context questionnaire, Swedish version. *Cogent Psychology, 7*(1), 1757856.
- Rutherford, H. J., Wallace, N. S., Laurent, H. K., & Mayes, L. C. (2015). Emotion regulation in parenthood. *Developmental Review, 36*, 1-14.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American psychologist, 55*(1), 68.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2017). *Self-determination theory: Basic psychological needs in motivation, development, and wellness*. Guilford Publications.
- Sá, Vaz-Velho & Almeida. (2021). *Projecto Small Children*.
- Schofield, T. J., Conger, R. D., Martin, M. J., Stockdale, G. D., Conger, K. J., & Widaman, K. F. (2009). Reciprocity in parenting of adolescents within the context of marital negativity. *Developmental Psychology, 45*(6), 1708.
- Shaw, Z. A., & Starr, L. R. (2019). Intergenerational transmission of emotion dysregulation: The role of authoritarian parenting style and family chronic stress. *Journal of Child and Family Studies, 28*(12), 3508-3518.

- Simões, F., & Alarcão, M. (2013). Satisfação de necessidades psicológicas básicas em crianças e adolescentes: adaptação e validação da ESNPBR. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 261-269.
- Skinner, E. A. (1996). A guide to constructs of control. *Journal of personality and social psychology*, 71(3), 549.
- Skinner, E., Johnson, S., & Snyder, T. (2005). Six dimensions of parenting: A motivational model. *Parenting: Science and practice*, 5(2), 175-235.
- Thompson, C. B., & Panacek, E. A. (2007). Research study designs: Non-experimental. *Air medical journal*, 26(1), 18-22.
- Valentini, F., & Alchieri, J. C. (2009). Modelo clínico de estilos parentais de Jeffrey Young: revisão da literatura. *Contextos Clínicos*, 2(2), 113-123.
- Vaz-Velho, C. M. D. S. (2016). Bem-estar, regulação de necessidades psicológicas e processo psicoterapêutico: integrando a perspectiva dos pacientes.
- White, R. W. (1959). Motivation reconsidered: The concept of competence. *Psychological review*, 66(5), 297.
- Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2009). *Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras*. Artmed Editora.

## *Anexos*

## **Anexo A:**

---

### *Consentimento Informado*

Estes questionários destinam-se a pais/mães com pelo menos um filho entre os 5 e os 12 anos de idade. Leia o consentimento informado se quiser participar neste estudo. Obrigada, a sua colaboração é muito importante!

## **CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO**

### **OBJETIVO**

Vimos convidá-lo(a) a participar num estudo que pretende avaliar os estilos dos pais na interação com os seus filhos. Sabemos que não existem formas de interagir certas ou erradas, mas é importante desenvolver um instrumento que permita compreender como diferentes de estilos de interação se relacionam com a perceção que os pais têm dos estilos dos seus próprios pais/educadores. Este estudo permitirá o desenvolvimento de intervenções para o desenvolvimento de competências parentais que permitam aos pais corresponder às necessidades psicológicas dos seus filhos, pelo que a sua contribuição será da máxima importância.

A designação deste estudo é “Transmissão entre gerações dos estilos parentais”. Peço-lhe que leia este documento e coloque todas as questões que tiver antes de concordar em participar. Este projeto está a ser desenvolvido pelo Núcleo de Psicoterapia Cognitiva, Comportamental e Integrativa da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, sob orientação da Prof.a Doutora Isabel Sá, em colaboração com os colegas Prof.a Catarina Vaz Velho, do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora e o Prof. Doutor Tiago Almeida, da Escola Superior de Educação de Lisboa.

### **PROCEDIMENTO**

Pedimos-lhe que preencha três questionários: um apresenta diferentes formas de relacionamento com os seus filhos, e pede-lhe que indique a frequência com que reage de cada uma das formas apresentadas; no segundo, solicita-se que descreva o que faz e sente quando procura regular as suas emoções quando está perturbada/o (por exemplo,

aborrecida/o, zangada/o, preocupada/o). Por último, pedimos-lhe que descreva a forma como os seus pais interagem consigo. Ao todo poderá demorar 30 minutos.

### **POTENCIAIS RISCOS**

Os riscos são mínimos e não excedem aqueles colocados por outros testes psicológicos utilizados quer na educação, quer na prática clínica. Este tipo de instrumentos é extensamente utilizado em programas de intervenção/ investigação e as respostas das pessoas sobre a sua vida pode revelar aspetos importantes sobre o seu mundo social e psicológico.

### **CONFIDENCIALIDADE**

Os dados obtidos neste estudo serão mantidos privados. As respostas aos questionários serão completamente anónimas e confidenciais. Os resultados serão utilizados apenas em relatórios e publicações científicas. No caso de desejar obter uma síntese dos resultados obtidos, a sua identidade nunca será revelada.

### **NATUREZA VOLUNTÁRIA DA PARTICIPAÇÃO**

A participação neste estudo é voluntária. Se decidir participar, é livre de abandonar o estudo em qualquer momento sem qualquer prejuízo para si.

### **CONTACTOS E QUESTÕES**

A investigadora responsável pelo estudo é a Prof.a Doutora Isabel Sá. Pode colocar qualquer questão que tenha através do endereço: [misa@psicologia.ulisboa.pt](mailto:misa@psicologia.ulisboa.pt). Pode igualmente contactar os outros membros da equipa através dos endereços: [vazvelho@uevora.pt](mailto:vazvelho@uevora.pt); [tiagoa@eselx.ipl.pt](mailto:tiagoa@eselx.ipl.pt);

Se desejar ter acesso a um resumo dos resultados do estudo, pode contactar-nos através dos endereços referidos, para que lhe possa ser enviado assim que disponível.

### **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**

Li toda a informação recebida e recebi os esclarecimentos necessários. Consinto participar no estudo “Transmissão entre gerações dos estilos parentais”.

\_ Sim

## Anexo B:

---

### Questionário Sociodemográfico

Mãe/Pai:

Responda a estas questões sobre si:

#### 1. Sexo

- Masculino
- Feminino
- Não desejo responder

#### 2. Idade

#### 3. Naturalidade

#### 4. Grau de escolaridade

- 9º ano de escolaridade ou menos
- 12º ano de escolaridade
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

#### 5. Profissão

#### 6. Estado civil

- Solteiro(a)
- Casado(a)/União de Facto
- Divorciado(a)/Separado(a)

#### 7. Como sente que partilha a responsabilidade pela educação/cuidado do seu filho(a)

- 10% - 90%
- 25% - 75%
- 50% - 50%
- 75% - 25%
- 90% - 10%
- 100% - 0%

#### 8. Número de filhos

#### 9. Idades dos filhos

**Filho (a)/educando(a):**

Se tem mais de um filho entre os 5 e os 12 anos, escolha aquele em quem vai pensar ao responder ao questionário, e indique:

**1. Sexo**

- Masculino  
 Feminino

**2. Idade****3. Naturalidade****4. Ano de ensino que frequenta**

- Pré-escolar  
 1º ano  
 2º ano  
 3º ano  
 4º ano  
 5º ano  
 6º ano

**5. Percentagem de tempo em que coabita habitualmente com o seu filho(a)**

- 100%  
 75%  
 50%  
 25%

## Anexo C:

---

### *Parents as Social Context Questionnaire - Forma Pais*

#### **PASCQ - Forma Pais**

Por favor, concentre-se apenas na relação que neste momento tem com o seu filho ou filha (que tem entre 5 e 12 anos).

Agora pedimos-lhe que avalie, de 1 a 4, quão verdadeira é cada frase. Assinale com um círculo, para cada frase, a opção que mais se aproxima da relação que tem com o seu filho/filha neste momento, escolhendo entre nada verdadeira (1) a muito verdadeira (4)

- |   | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| 1. Sei muito sobre o que se passa com o/a meu/minha filho/a.  |   |   |   |   |
| 2. Às vezes o meu filho(a) é uma pessoa de quem é difícil gostar.   |   |   |   |   |
| 3. Eu digo claramente o que irá acontecer caso o/a meu/minha filho/a não siga as nossas regras.           |   |   |   |   |
| 4. Eu incentivo o/a meu/minha filho/a a expressar os seus sentimentos mesmo quando são difíceis de ouvir. |   |   |   |   |
| 5. Eu deixo o/a meu/minha filho/a fazer coisas que realmente não deveria deixar.                          |   |   |   |   |
| 6. A/O minha/meu filha/o está sempre a desafiar-me.   |   |   |   |   |
| 7. Eu sei realmente como a/o meu/minha filho/a sente as coisas.   |   |   |   |   |
| 8. Por vezes sinto as exigências do/a meu/minha filho/a como um peso.                                     |   |   |   |   |
| 9. Eu digo claramente à/ao minha/meu filha/o o que espero dele(a).  |   |   |   |   |
| 10. Quando o/a meu/minha filho/a arranja problemas a minha reação é imprevisível.                         |   |   |   |   |
| 11. Eu encorajo a/o minha/meu filha/o a expressar as suas opiniões mesmo quando não concordo com elas.    |   |   |   |   |
| 12. Eu faço coisas especiais com o/a meu/minha filho/a.   |   |   |   |   |
| 13. Não compreendo muito bem o/a meu/minha filho/a.   |   |   |   |   |

14. A/O minha/meu filha/o precisa de mais tempo do que aquele que tenho tempo para lhe dar.
15. Quando castigo o/a meu/minha filho/a, explico sempre o porquê de o fazer.
16. Eu confio na/no minha/meu filha/o.
17. A/O minha/meu filha(o) não parece saber o que eu espero dela(e).
18. Eu arranjo tempo livre para falar com o/a meu/minha filho/a sobre o que é importante para ele/a.
19. Eu encorajo o/a meu/minha filho/a a ser verdadeiro(a) consigo próprio/a.
20. Sinto-me bem com a relação que tenho com o/a meu/minha filho/a.
21. Tenho que gritar com a/o minha/meu filha/o para conseguir que faça alguma coisa.
22. Quando eu digo ao/à meu/minha filho/a que vou fazer qualquer coisa, eu cumpro.
23. Eu vejo-me envolvido em lutas de poder com a/o minha/meu filha/o.
24. Eu mudo muito as regras lá em casa.
25. Eu espero que a/o minha/meu filha/o diga aquilo que realmente pensa.
26. Consigo sempre encontrar tempo para o/a meu/minha filho/a.
27. Às vezes sinto que tenho de forçar o/a meu/minha filho/a a fazer as coisas.
28. Se a/o minha/meu filha/o tem um problema eu ajudo-a/o a descobrir o que fazer.
29. Às vezes sinto que não consigo estar disponível para o/a meu/minha filho/a como ele(a) precisa que eu esteja.
30. Eu posso zangar-me com o/a meu/minha filho/a inesperadamente.
31. Eu não posso deixar a/o minha/meu filha/o decidir demasiadas coisas por si própria/o.
32. Eu tenho a expectativa que a/o minha/meu filha/o siga as regras da nossa família.
33. Eu digo ao/à meu/minha filho/a que gosto dele/a.

(Parent as Social Context Questionnaire – Forma Pais, Skinner, Johnson & Snyder, 2005; Versão portuguesa Sá, Vaz-Velho & Almeida, 2021)

## Anexo D:

---

### Difficulties in Emotion Regulation Scale - *Versão Reduzida*

#### DERS - 18

Estamos interessados em saber o que as pessoas fazem e sentem quando procuram regular as suas emoções quando estão perturbadas (por exemplo, aborrecidas, zangadas, preocupadas). Todos nós somos diferentes no modo de lidarmos com as nossas emoções, e como tal, sentimos dificuldades diferentes, por isso, não há respostas certas ou erradas. Por favor, leia cuidadosamente cada afirmação e assinale para cada uma delas, usando a escala indicada, o modo como costuma lidar com as suas emoções.

	1	2	3	4	5
	Quase Nunca	Algumas Vezes	Muitas vezes	A maior parte das vezes	Quase sempre
1. Quando estou perturbado(a) demora muito tempo até me sentir melhor.					
2. Não faço ideia de como me sinto.					
3. Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em concentrar-me.					
4. Importo-me com aquilo que sinto.					
5. Sinto-me confuso(a) com a forma como me sinto.					
6. Quando estou perturbado(a) fico embaraçado(a) por me sentir assim.					
7. Quando estou perturbado(a) reconheço as minhas emoções.					
8. Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em trabalhar.					
9. Quando estou perturbado(a) fico descontrolado(a).					
10. Quando estou perturbado(a) acredito que vou acabar por ficar muito deprimido(a).					
11. Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em concentrar-me noutras coisas.					
12. Quando estou perturbado(a) sinto-me culpado(a) por me sentir assim.					
13. Tenho dificuldade em entender os meus sentimentos.					

14. Quando estou perturbado(a) tenho dificuldade em controlar os meus comportamentos.

15. Quando estou perturbado(a) acho que não há nada que possa fazer para me senti melhor.

16. Quando estou perturbado(a) fico irritado(a) comigo mesmo(a) por me sentir assim.

17. Quando estou perturbado(a) perco o controlo dos meus comportamentos.

18. Presto atenção à forma como me estou a sentir.

(Gratz, K. & Roemer, L., 2004; Kaufman et al., 2016)

(Tradução e adaptação: Fernandes, S.; Pinheiro, M.J.; & Sá, I., 2017)

## Anexo E:

---

### *Parents as Social Context Questionnaire - Forma Filhos*

#### **PASCQ - Forma Filhos**

Pedimos-lhe agora que se lembre da maneira como os seus pais se relacionavam e agiam consigo quando era criança. Pedimos-lhe que avalie, de 1 a 4, quão verdadeira é cada frase.

Assinale, para cada frase, a opção (1, 2, 3 ou 4) que mais se aproxima da relação que tinha com os seus pais, escolhendo entre nada verdadeira (1) a muito verdadeira (4).

	1	2	3	4
1. Os meus pais diziam-me que gostavam de mim.				
2. Quando eu queria fazer alguma coisa os meus pais mostravam-me como se faz.				
3. Quando os meus pais faziam uma promessa nunca sabia se a iriam cumprir.				
4. Às vezes pergunto-me se os meus pais gostavam de mim.				
5. Quando os meus pais diziam que iam fazer alguma coisa eu sabia que o fariam.				
6. Os meus pais confiavam em mim.				
7. Os meus pais esperavam que eu dissesse aquilo que pensava.				
8. Os meus pais estavam sempre a dizer-me o que fazer.				
9. Os meus pais gostavam de estar comigo.				
10. Quando queria perceber como é que as coisas funcionavam os meus pais explicavam-me.				
11. Os meus pais achavam que eu era sempre um empecilho.				
12. Quando os meus pais diziam que iam fazer alguma coisa nem sempre o faziam.				
13. Os meus pais ficavam sempre contentes por me ver.				
14. Os meus pais achavam que mandavam em mim.				
15. Os meus pais aceitavam-me como eu era.				
16. Os meus pais pensavam que só havia uma maneira certa de fazer as coisas: a deles.				
17. Quando eu tinha um problema os meus pais ajudavam-me a pensar o que fazer.				

18. Os meus pais faziam-me sentir indesejada(o).
19. Os meus pais estavam sempre a mudar as regras em relação a mim.
20. Os meus pais deixavam-me fazer as coisas que eu achava importantes.
21. Os meus pais diziam que “não” a tudo
22. Eu nunca sabia o que os meus pais iam fazer.
23. Os meus pais achavam que eu era especial.
24. Os meus pais explicavam-me os porquês das regras da nossa família.
25. Não me era permitido discordar dos meus pais.
26. Nada que eu fizesse era suficientemente bom para os meus pais.
27. Os meus pais ficavam zangados comigo de um momento para o outro de modo imprevisível
28. Os meus pais queriam saber a minha opinião sobre como devíamos fazer as coisas.
29. Os meus pais não gostavam realmente de mim.
30. Os meus pais conseguiam saber como eu me sentia sem me perguntar.
31. Os meus pais esperavam que eu seguisse as regras familiares.
32. Os meus pais procuravam compreender o meu ponto de vista.
33. Quando estava perturbada(o) os meus pais não queriam saber.
34. Quando fazia alguma coisa mal nunca sabia como é que os meus pais iriam reagir.
35. Quando os meus pais me pediam para fazer alguma coisa explicavam-me o porquê.
36. Os meus pais pensavam sempre que eles é que sabiam mais sobre tudo.
37. Os meus pais estavam contentes com a minha forma de ser.
38. Os meus pais castigavam-me sem razão.
39. Os meus pais não falavam muito sobre as coisas positivas que eu fazia, mas estavam sempre a falar das negativas.
40. Os meus pais mostravam-me como fazer as coisas por mim própria(o).
41. Muitas vezes não sabia onde é que os meus pais estavam.
42. Os meus pais encorajavam-me a ser verdadeira(o) comigo própria(o).
43. A única razão que os meus davam era: “Porque eu digo”.
44. Os meus pais compreendiam-me muito bem.
45. Os meus pais tentavam controlar tudo o que eu fazia.

46. Os meus pais implicavam comigo por pequeninas coisas.

47. Os meus pais mantinham as suas promessas.

48. Os meus pais estavam contentes por eu ser a(o) sua/seu filha(o).

(Parent as Social Context Questionnaire – FormaFilhos, Skinner, Johnson & Snyder, 2005; Versão portuguesa Sá, Vaz-Velho & Almeida, 2021)

## Anexo F:

---

### *Análise das Correlações entre as Respostas ao PASCQ (Pais) e PASCQ (Filhos)*

#### **Tabela F1**

*Correlações de Spearman entre a escala PASCQ (Pais) e a PASCQ (Filhos) (N=478)*

\*  $p < 0,01$

<b>Variáveis</b>	1.	2.
1.PASCQ_Filhos	-	
2. PASCQ_Pais	,230*	-

#### **Tabela F2:**

*Correlações de Spearman entre a escala dimensões da PASCQ (Pais) e da PASCQ (Filhos) (N=478)*

<b>Variáveis</b>	1	2	3	4
1. PositivasPais	-			
2. PositivasFilhos	,237*	-		
3. NegativasPais	-,473*	-,175*	-	
4. NegativasFilhos	-,143*	-,865*	,232*	-

\*  $p < 0,01$

**Tabela F3**

*Correlações de Spearman entre as dimensões Estrutura e Caos do PASCQ (Pais) e do PASCQ (Filhos) (N=478)*

Variáveis	1	2	3	4
1. EstruturaPais	-			
2. CaosPais	-,292*	-		
3. EstruturaFilhos	,130*	-,087	-	
4. CaosFilhos	-,072	,193*	-,745*	-

\*  $p < 0,01$